UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA – UNIDADE DE ENSINO PENEDO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

IARA DA SILVA ARAÚJO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PENEDO -AL E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

PENEDO – AL
2022

IARA DA SILVA ARAÚJO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PENEDO -AL E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Turismo da Universidade Federal de Alagoas - Campos Arapiraca Unidade de ensino Penedo a partir do edital PIBIC 2020 – 2021 como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientador (a): Professora Drª. Silvana Pirillo Ramos.

PENEDO – AL
2022

Universidade Federal de Alagoas – UFAL
Campus Arapiraca
Unidade Educacional Penedo
Biblioteca Setorial Penedo-BSP

A663p Araújo, Iara Da Silva
Políticas públicas de preservação do patrimônio cultural em Penedo-AL e as ações de educação patrimonial / Iara Da Silva Araújo. – Penedo, AL, 2022.
69 f.: il.

Orientadora: Prof.ª Drª. Silvana Pirillo Ramos.
Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Turismo) - Universidade Federal de Alagoas, *Campus* Arapiraca, Unidade Educacional Penedo, Penedo, AL, 2022.
Referências: f. 62-64.
Apêndices: f. 65-67.
Anexos: f.68-69.

1.Políticas públicas. 2. Educação patrimonial. 3. Programa Monumenta. 4. Patrimônio cultural. 5. Penedo – Alagoas. I. Ramos, Silvana Pirillo. II. Título.

CDU 338.48

Bibliotecária responsável: Eliúde Maria da Silva
CRB - 4 / 1834

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
CAMPUS ARAPIRACA – U. E. PENEDO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM TURISMO

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

POLÍTICAS PÚBLICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PENEDO -AL E AS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL.

Autor (a):IARA DA SILVA ARAÚJO

Trabalho de Conclusão de Curso, Modalidade monografia submetido à banca examinadora designada pelo curso de Graduação em Turismo, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Turismo por esta Instituição Federal de Educação Superior, em 28 de setembro de 2022

Para os membros da Banca Examinadora, o Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado, com temática de extrema relevância para a área do turismo e com potencial de contribuição para o desenvolvimento das políticas públicas de Patrimônio e Cultura do município de Penedo. O trabalho obteve nota 9,5 (nove e meio), devendo passar por revisão ortográfica e de normas da ABNT.

CONCEITO: aprovado

Banca Examinadora:

_____

Orientador(a) Profª Drª Silvana Pirillo Ramos

_____

Professor Examinador (1) Profª Drª Fabiana de Oliveira Lima

_____

Professor Examinador (2) Profª Drª Lenira Haddad

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por nunca me desamparar. Aos professores e colegas de curso, vocês foram de muita importância para minha formação profissional e pessoal. Aos meus amigos, os antigos e os novos que a universidade me presenteou, aos meus familiares que sempre me incentivaram e me apoiaram ao longo desta jornada.

De modo muito especial, agradeço a minha mãe, dona Nete, obrigada por sempre se fazer presente nas horas mais difíceis e alegres da minha vida. Obrigada por sempre me incentivar a nunca desistir. A meu pai Jailton pela dedicação e disponibilidade de sempre, a minhas irmãs Iana, Iasmin e Isabele pelo apoio e paciência para com minhas muitas conversas sobre os novos conhecimento e aprendizado adquirido diariamente, as lutas e lamurias da vida acadêmica.

Ao meu companheiro Diogo, por se fazer presente durante toda minha jornada acadêmica. Por muitas vezes você foi um bom ouvinte, inspiração, espelho e incentivo. Um porto seguro nas horas estressantes e difíceis. Seu apoio, carinho, parceria e paciência foram de extrema importância para minha formação.

De maneira muito especial, também agradeço ao meu grupo (*Az4)*, o grupo as das Anas, o quarteto mais amado e comentado. Obrigada meninas, Ana Keller, Ana Beatriz, Ana Paula por cada momento vivido durante todos esses anos, pelos momentos e encontros alegres, por cada pesquisa, seminário apresentado, pelo comprometimento, parceria, apoio e amizade. A minha dupla de todos os momentos, Ana Keller. Amo vocês, levarei cada uma para sempre em meu coração.

A gradeço imensamente a minha orientadora, por toda dedicação e compreensão diante das várias adversidades que enfrentamos durante a construção desta pesquisa.

Por fim, sou grata a Deus por todos que de alguma forma, direta ou indiretamente participaram da realização deste sonho.

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato”.

Nildo Lage

RESUMO

Tombada em 1995 pelo IPHAN, Penedo é a única cidade de Alagoas contemplada com dois programas de revitalização do patrimônio: Programa Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas, com meta de requalificação urbanística e diferentes usos dos bens culturais. Entre ações estratégicas está a educação patrimonial, como estímulo a gestão integrada e participativa do patrimônio. Esta pesquisa teve objetivo de identificar projetos de educação patrimonial desenvolvidos em relação aos programas e analisar os empecilhos para a concretização das ações. A metodologia, de abordagem qualitativa, se desenvolveu por meio de análise dos programas em suas concepções, ações propostas e efetivas e relação com projetos para o desenvolvimento do turismo em Penedo consonantes a educação patrimonial, identificando entraves que inviabilizaram o cumprimento de suas metas, em uma concepção de patrimônio cultural como eixo estruturante das demais políticas públicas. Foram analisados documentos da gestão municipal, do IPHAN e realizadas entrevistas com gestores públicos, coordenadores pedagógicos e consultores do IPHAN para ações de educação patrimonial. Os resultados obtidos, revelam que, embora ambos os programas tenham como meta a promoção de ações de educação patrimonial em consonância com a revitalização dos bens culturais imóveis, atendendo aos princípios da Conservação Integrada, em Penedo não há projetos de educação patrimonial, apenas algumas ações pontuais da Secretaria Municipal de Educação e da Casa do Patrimônio ações que se confundem com promover o ensino da história do município A falta de um projeto de educação patrimonial, com propostas e ações estratégicas em consonância com as ações de restauração e reabilitação do patrimônio cultural tem sido um entrave para a concretização das metas de preservação do patrimônio o que tem se constituído como um empecilho para a preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo.

Palavras-chave: Políticas de Preservação do Patrimônio Cultural. Programa Monumenta. Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas. Educação Patrimonial.

ABSTRACT

Protected in 1995 by IPHAN, Penedo is the only city in Alagoas contemplated with two heritage revitalization programs: Monumenta Program and the Growth Acceleration Program for Historic Cities, with the goal of urban requalification and different uses for cultural assets. Among strategic actions is heritage education, as a stimulus to integrated and participatory management of the heritage. This research aimed to identify heritage education projects developed in relation to the programs and to analyze the obstacles to the implementation of the actions. The methodology, of the qualitative, approach, was developed by analyzing the programs in their conceptions, proposed and effective actions and the relationship with projects for developing tourism in Penedo in line with heritage education, identifying obstacles that prevented the fulfillment of its goals, in a conception of cultural heritage as a structuring axis of other public policies. Documents from the municipal administration and IPHAN were analyzed, and interviews were conducted with public administrators, educational coordinators, and IPHAN consultants for heritage education actions. The results obtained reveal that, although both programs aim at promoting heritage education actions in line with the revitalization of the cultural real estate, according to the principles of integrated conservation, in Penedo there are no heritage education projects, with proposals and strategic actions in line with the actions of restoration and rehabilitation of the cultural heritage has been an obstacle to the achievement of the goals of heritage preservation, which has constituted an obstacle to the preservation and sustainability of the cultural heritage and the development of tourism.

Keywords: Cultural Heritage Preservation Policies. Monumenta Program. Growth Acceleration Program for Historic Cities. Heritage Education.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
FUNPATRI	Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
DEPAM	Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAC-CH	Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMED	Secretaria Municipal de Educação
UFAL	Universidade Federal de Alagoas

Sumário

1 APRESENTAÇÃO 9

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS. 11

2.1 Bases e Princípios da Conservação Integrada 14

2.2 Penedo: Patrimônio Histórico Nacional 16

3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PENEDO 20

3.1 Programa Monumenta 20

3.2 Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas 24

3.3 Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Penedo (Funpatri) 30

4 A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DOCUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA DE PENEDO 32

4.1 A Educação Patrimonial no Plano Diretor Municipal de Penedo 32

4.2 A Educação Patrimonial no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2015-2020. 38

5 AÇÕES E PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PENEDO 41

5.1 Programa Casas do Patrimônio 41

5.2 Educação Patrimonial: A visão de atores diretamente relacionados a questão em Penedo. 44

5.3 Educação Patrimonial: Ações da Secretaria Municipal de Educação de Penedo 45

5.4 A Educação Patrimonial e as ações extensionistas da Universidade Federal de Alagoas 49

5.5 A Educação Patrimonial e o Funpatri 55

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 59

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 62

8 APÊNDICES 65

9 ANEXOS 68

1 APRESENTAÇÃO

A cidade de Penedo-AL encontra-se localizada sobre um rochedo às margens do rio São Francisco, na divisa do estado de Sergipe e possui um rico e preservado patrimônio histórico. Penedo conserva edificações, prédios arquitetônicos, igrejas e diversas construções da época dos colonizadores portugueses, holandeses e dos missionários franciscanos. Por consequência desses fatores a cidade recebeu o tombamento de seu conjunto histórico e paisagístico pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1995. Diante do seu rico patrimônio histórico e arquitetônico, a cidade ribeirinha foi comtemplada com dois programas de revitalização do patrimônio: Programa Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH) que são programas do governo federal que mais investiram em infraestrutura e desenvolvimento no país, especificamente na revitalização e restauro do patrimônio. Ambos os programas têm como meta a promoção e requalificação urbanística e estimulo a diferentes usos dos bens culturais e entre as ações estratégicas para cumprimento de metas está a educação patrimonial, como estímulo ao planejamento, gestão integrada e participativa na preservação e sustentabilidade do patrimônio. Com a finalidade de compreender e apontar a relevância da educação patrimonial para o ensino aprendizagem acerca da cultura e valorização da história do povo penedense, o referente projeto de pesquisa teve como objetivos:

- Identificar projetos de educação patrimonial desenvolvidos em Penedo-Al e sua relação com os Programas PAC-CH e Monumenta;
- Caracterizar as ações propostas de Educação patrimonial em relação aos princípios da conservação integrada que permeiam as políticas de preservação do patrimônio;
- Analisar os empecilhos para a concretização das ações de educação patrimonial.

A partir de ampla pesquisa e análise bibliográfica que consistiu no levantamento e exame da literatura nacional e internacional, concernente aos temas de Políticas de Turismo e Cultura, Turismo Cultural, Programa Monumenta, PAC das Cidades Históricas, Planejamento Turístico e do desenvolvimento de instrumentais analíticos, capazes de direcionar a coleta e a interpretação dos dados, este plano de trabalho se desenvolveu por meio de análise documental dos projetos de educação patrimonial propostos e desenvolvidos em Penedo pelo IPHAN e pela Secretaria de Educação e de Cultura atrelados aos Programas MonumentA e PAC-CH. Para o levantamento de dados em campo, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados com os gestores dessas ações e respectivos atores envolvidos a fim de se identificar as características das ações propostas, e os empecilhos para sua concretização, permitindo desta forma uma maior compreensão e discussão acerca do desenvolvimento de projetos voltados a

educação patrimonial, seus entraves e possíveis dificuldades no cumprimento do mesmo. Todas as entrevistas ocorreram entre os meses de junho e julho de 2021, foram gravadas e subsequentemente transcritas e analisadas. Dessa forma o projeto se desenvolveu por meio das etapas abaixo descritas:

- Levantamento e análise documental do Plano Diretor do Município, Plano de Desenvolvimento Turístico Municipal; Levantamento documental de planos e projetos de educação patrimonial relacionados aos Programas Monumenta e PAC-CH na cidade de Penedo.
- Elaboração de roteiro semiestruturado de entrevista com gestores da Secretaria Municipal de Educação e respectivos atores envolvidos em projetos voltados a educação patrimonial na cidade de Penedo. (Apêndice 01)
- Realização de entrevistas, a partir de roteiro semiestruturado com os gestores da Secretaria Municipal de educação e respectivos atores envolvidos em projetos educacionais.
- Transcrição e análise das entrevistas.

Observa-se que os entrevistados consentiram a divulgação da identidade e do conteúdo das entrevistas para fins acadêmicos.

Resultado de uma pesquisa PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), a escolha da execução da pesquisa na área da educação patrimonial parte do encantamento que cerca a história da cidade de Penedo-AL, sua beleza arquitetônica e potencial turístico e principalmente da necessidade de preservar e registrar a memória histórica desta cidade. É semear o conhecimento, deixar registrado por meio do ensino que cultivar, preservar e resgatar o patrimônio é preciso. Diante disso, a presente investigação irá proporcionar importantes reflexões para o conhecimento, sensibilização e preservação do patrimônio matéria e imaterial, bens e manifestações culturais e um novo despertar para a sensibilização e preservação do patrimônio, além de proporcionar aos envolvidos um impacto positivo que será capaz de transmitir conhecimento às futuras gerações, contribuindo para contribuir também com o desenvolvimento social de todos.

2 A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA REVITALIZAÇÃO DE CENTROS HISTÓRICOS.

A constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no Art. 216, define patrimônio cultural como:

> Os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

Neste sentido, educação patrimonial constitui-se por processos educativos, com foco no patrimônio cultural, faz apropriação de recursos, elementos e manifestações com fundamento no reconhecimento e valorização no bem cultural. Procura redescobrir os valores, costumes, hábitos, aspectos das comunidades culturais, cultura material/imaterial e particularidades, com a finalidade de revitalizar e preservar toda a história cultural presente na comunidade (IPHAN, 2014).

Trata de "um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO. 1999, p. 04). É uma prática social, que aliada ao ensino didático, tornar-se uma rica ferramenta de ensino aprendizagem, sobre as manifestações culturais, presente na cultura de um povo:

> Consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos alunos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO. 1999, p. 06).

A Educação Patrimonial forma-se por processos educativos, com foco no patrimônio cultural, fazendo apropriação de recursos, elementos e manifestações com fundamento no reconhecimento e valorização do bem cultural.

De acordo com o Guia Básico de Educação Patrimonial (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO. 1999, p. 04), educação patrimonial é:

> [...] um instrumento de "alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, caracterizado por ser um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-o para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural".

Tento como propósito a valorização do patrimônio histórico cultural e a identidade dos autóctones presentes nas comunidades, a “educação patrimonial é um programa que busca a conscientização das comunidades acerca da importância, da valorização e da preservação dos patrimônios locais” (SOARES, 2003, p. 24).

Oportuniza um desenvolvimento intelectual, pessoal, social, cultural e também econômico. Segundo Freire (1981, p. 31) “a principal função da educação é desenvolver o caráter libertador, [...] ensinar seria, fundamentalmente, educar para a liberdade, a “educação para o homem-sujeito”.

Nesse contexto, a Educação Patrimonial torna-se importante ferramenta para a construção da cidadania, uma vez que é uma prática pedagógica onde o educando desempenha papel ativo no processo de construção do conhecimento e aprendizagem.

Com o propósito de preservar e valorizar o patrimônio histórico cultural e a identidade dos seus autóctones, a educação patrimonial busca:

- Incentivar a participação social na formulação, implementação e execução das ações educativas, de modo a estimular o protagonismo dos diferentes grupos sociais;
- Integrar as práticas educativas ao cotidiano, associando os bens culturais aos espaços de vida das pessoas;
- Valorizar o território como espaço educativo, passível de leituras e interpretações por meio de múltiplas estratégias educacionais;
- Favorecer as relações de afetividade e estima inerentes à valorização e preservação do patrimônio cultural;
- Considerar as práticas educativas e as políticas de preservação inseridas num campo de conflito e negociação entre diferentes segmentos, setores e grupos sociais,
- Considerar a intersetorialidade das ações educativas, de modo a promover articulações das políticas de preservação e valorização do patrimônio cultural com as de cultura, turismo, meio ambiente. (IPHAN - Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016)

Reconhecendo a importância do ato de preservar o conjunto de bens materiais e imateriais que fazem parte da cultura patrimonial das comunidades, e seguindo uma nova compreensão a respeito dos novos e atuais conceitos para com a educação patrimonial, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no texto de Florêncio et al. (2014, p. 19), defende que:

> Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o Patrimônio Cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela

> participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de Patrimônio Cultural.

Para uma melhor compreensão sobre as diretrizes que envolvem a educação patrimonial, precisamos reafirmar a importância da mesma para a preservação dos bens culturais, material e imateriais presentes nas comunidades e sítios históricos.

Com caráter educativo, a educação patrimonial envolve a comunidade na gestão do patrimônio, com objetivo de alfabetizar culturalmente os indivíduos para com sua realidade cultural, manifestações e valorização do eu individuo para com sua identidade cultural. Deste modo, a educação patrimonial passou por significativos acontecimentos que potencializaram a importância para a preservação do patrimônio cultural.

Atualmente o órgão responsável pela preservação do patrimônio cultural no Brasil é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nascido sob a denominação de SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado como secretaria durante o governo de Getúlio Vargas.

Entre os anos de 1937 á 1970 temos um longo caminho de vitórias para os movimentos preservacionistas. Criado em 1937, em parceria ao Ministério do Turismo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN surge com objetivo de proteger e promover os bens culturais, preservando e divulgando o patrimônio material e imaterial nacional (BIONDO, 2016).

Vale ressaltar que o início da preservação patrimonial no Brasil ocorreu em meados dos anos 1930. Sendo que nessa época, o que se entendia por preservação resumia-se apenas ao patrimônio histórico e artístico. A jornada para o que hoje compreendemos sobre preservação cultural se deu a passas lentos, mas com o passar dos anos podemos afirmar que grandes e significativas foram as conquistas para o meio cultural.

Quadro 01: Momentos da Educação Patrimonial nas Práticas Preservacionistas

Primeiro momento	1937 á 1970	Corresponde aos anos iniciais da constituição do campo do patrimônio no Brasil. Foi importante, portanto, procurar os discursos de Rodrigo de Melo Franco de Andrade, primeiro diretor do Sphan e, Mário de Andrade, cujas contribuições para o campo do patrimônio são até hoje revisitadas, além de percorrer as interpretações feitas por estudiosos do campo, como Cecília Fonseca (1997), José Reginaldo Gonçalves 002), Mário Chagas (2004), entre outros;
		Foi marcado por algumas mudanças conceituais e práticas da atuação institucional, durante as gestões de Renato Soeiro (1967-1979) e Aloísio Magalhães (1979-1982) no Iphan. Vamos analisar como algumas experiências do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC) e do Projeto Interação, instâncias do Ministério da Educação e Cultura

Segundo momento	1970 a 1983	(MEC)23, teriam influenciado o discurso/prática da instituição federal de preservação. Cecília Fonseca (2003) apontou que, neste período, teria ocorrido uma reorientação da prática preservacionista e, analisá-la pode contribuir para uma reflexão da trajetória das concepções de educação e participação social no Iphan;
Terceiro momento	1983 a 2004	Procura compreender os marcos da institucionalização da Educação Patrimonial no Iphan. Neste sentido, cabe entender o momento em que se estabeleceu o termo Educação Patrimonial no Brasil e as contribuições desta concepção para o campo da educação nas práticas preservacionistas. Também é importante perceber as contribuições da arqueologia que, por meio da Portaria Iphan nº 230 de 2002, instituiu o termo Educação Patrimonial pela primeira vez num instrumento jurídico;
Quarto momento	2004	De 2004 aos dias atuais, visa compreender os processos de reformulação dos conceitos de Educação Patrimonial, e as mudanças no panorama institucional que pretenderam consolidar a política de Educação Patrimonial no Iphan.

Fonte: Elaboração própria a partir de Desafios da Educação no Campo do Patrimônio Cultural: Casas do Patrimônio e Redes de Ações Educativas, 2016.

Outro marco importante para a educação patrimonial foi a criação do decreto nº 22.928/33 Ouro Preto Monumento Nacional do ano de 1937, e o decreto nº 25 de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. O decreto nº 22.928/33 faz menção a constituição de 1933, capitulo II artigo 148. Onde fica resguardado que a preservação do patrimônio (Ouro Preto) é um princípio constitucional, ou seja, deve ser de responsabilidade dos três poderes: UNIÃO, ESTADO E MUNICÍPIO.

Nesse cenário, a educação patrimonial é um dos principais fundamentos para a criação de programas que buscam trabalhar preservação e restauro de sítios e espaços históricos culturais. Conscientizando a população sobre a importância de preservar o patrimônio cultural, programas como PAC – Cidades Históricas e Monumenta dão um novo olhar para o patrimônio histórico das comunidades, criam promoção de novos usos dos espaços e centros históricos, preservam e restauram os monumentos físicos, assim como desenvolvem e fomentam o turismo local.

2.1 Bases e Princípios da Conservação Integrada

Tanto o Programa Monumenta quanto o Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas foram concebidos e devem se desenvolver tendo como base e atendendo aos princípios da Conservação Integrada que advém da Declaração de Amsterdã realizada em 1975. Segundo os autores Zancheti e Jokilehto, (1995 apud FREIRE. 2008, p. 03:

> A conservação urbana integrada (CI): “ refere a uma estrutura de planejamento e de ações de gestão numa área urbana existente com a finalidade de garantir o desenvolvimento sustentável mediante a manutenção das características significativas das estruturas físicas e sociais do assentamento e do seu território e sua integração com novos e compatíveis usos e funções”.

Tem início no urbanismo reformista italiano na década de 1970, mais especificamente, a partir da experiência de reabilitação do centro histórico da cidade de Bolonha, cidade que teve seu centro histórico reabilitado no final dos anos 1960.

> A conservação integrada está dentre as normas do IPHAN, órgão federal vinculado ao Ministério da Cultura, criado para estabelecer regulamento responsável em responder sobre o patrimônio cultural brasileiro, promovendo e protegendo os bens culturais, além de estimular o uso de forma sustentável. Prática que deve ser conscientizada pelas gestões participativas de uma região, junto com o reconhecimento da população local (FRANÇA e ROCHA, 2018, p. 17).

Segundo os princípios da conservação integrada da Declaração de Amsterdã 1975, a educação patrimonial é um ponto central para os programas de preservação do patrimônio cultural. Zanchetti (2003, p. 109) descreve que a Declaração de Amsterdã reúne os princípios da Cl. Esses podem ser resumidos segundo os seguintes enunciados básicos:

- O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino.
- O patrimônio arquitetônico contribui para a tomada de consciência da comunhão entre história e destino;
- O patrimônio arquitetônico é composto de todos os edifícios e conjuntos urbanos que apresentem interesse histórico ou cultural. Nesse sentido, extrapola as edificações e conjuntos exemplares e monumentais para abarcar qualquer parte da cidade, inclusive a moderna.
- O patrimônio é uma riqueza social, portanto, sua manutenção deve ser uma responsabilidade coletiva.
- A conservação do patrimônio deve ser considerada como o objetivo principal da planificação urbana e territorial.
- As municipalidades são as principais instituições responsáveis pela conservação; portanto, devem trabalhar deforma cooperada.
- A recuperação de áreas urbanas degradadas deve ser realizada sem modificações substanciais da composição social dos residentes nas áreas reabilitadas.
- A conservação integrada deve ser calcada em medidas legislativas e administravas eficazes. A conservação integrada deve ser apoiada por sistemas de fundos públicos que apoiem as iniciativas das administrações locais.
- A conservação do patrimônio construído deve ser assunto dos programas de educação, especialmente dos jovens.
- Deve ser encorajada a participação de organizações privadas nas tarefas da conservação integrada. Deve ser encorajada a construção de novas obras arquitetônicas de alta qualidade, pois elas serão o patrimônio de hoje para o futuro.

O patrimônio arquitetônico cultural é uma riqueza social, logo, sua manutenção, proteção e preservação é de responsabilidade social e coletiva. “Deve ser trabalhado de forma integrada entre a gestão pública, privada e a comunidade local, a fim de planejar métodos de proteção e conscientização para garantir a preservação da história e a identidade do lugar” (FRANÇA e ROCHA, 2018, p. 18). Sendo de responsabilidade das instituições municipais zelarem pela conservação e preservação desse patrimônio.

“A conservação integrada é uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento, recorrendo a meios jurídicos, administrativos, financeiros e técnicos específicos para responder á complexidade dos problemas a serem enfrentados” (ZANCHETTI, 2003, p. 109).

Partindo de uma dialética entre a vontade de proteção e as necessidades de planejamento, a conservação integrada busca o desenvolvimento sustentável, inserindo a conservação do patrimônio-cultural urbano, unificando todos os setores dimensionais do desenvolvimento econômico, político, cultural, ambiental e físico-espacial.

“Logo, o patrimônio arquitetônico cultural deve ser trabalhado de forma integrada entre a gestão pública, privada e a comunidade local, a fim de planejar métodos de proteção e conscientização para garantir a preservação da história e a identidade do lugar” (FRANÇA e ROCHA, 2018, p. 18).

Sendo um dos pilares para educação patrimonial e com objetivo de garantir o direito à cidade e transformar os espaços em ambientes mais humanizados, a conservação integrada desenvolve aspectos sociais, proporcionando à população acesso à moradia, saneamento básico, transporte público, etc. Sendo seu conceito muito mais amplo que o ato de preservar, conservar e salvaguardar os bens patrimoniais.

2.2 Penedo: Patrimônio Histórico Nacional

O município de Penedo está localizado na região sul do Estado de Alagoas, às margens do Rio São Francisco, na divisa com o estado de Sergipe, distante aproximadamente 170 km da capital Maceió. Limitando-se a norte com os municípios de São Sebastião, Teotônio Vilela e Coruripe, a sul com o rio São Francisco e Piaçabuçu, a leste com Feliz Deserto, Coruripe e Piaçabuçu e a oeste Igreja Nova. “Em 1842, foi elevada à categoria de cidade. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) o município conta com uma população de 65.005 habitantes.

Erguendo-se imponente sobre um rochedo às margens do rio São Francisco, Penedo é um relicário vivo, que conserva um patrimônio artístico-cultural de grande valor, tendo sido palco dos acontecimentos mais importantes do Brasil Colonial. “A cidade que o conde Maurício de Nassau considerou ser a grande fronteira terrestre, fluvial e oceânica que separava o Brasil holandês do Brasil português que se estendia do outro lado do rio [...]" (SALES, 2013, p.15).

Considerada uma das cidades históricas mais belas do país, Penedo foi fundada ainda no século XVI, tendo seu nome originado de uma grande pedra. A história por trás de sua criação, divide-se entre dois donatários da Capitania de Pernambuco: Duarte Coelho Pereira e Duarte Coelho de Albuquerque. No entanto, acredita-se que o fundador oficial do município tenha sido Cristóvão da Rocha depois das sesmarias de 1596 a 1613.

> Penedo possui um centro histórico de significativa importância, formado por conjuntos de logradouros públicos e edificações. Sua paisagem edificada inclui alguns dos mais importantes bens da arquitetura religiosa do Nordeste – o Convento e Igreja Santa Maria dos Anjos e as igrejas de Nossa Sra. da Corrente e de São Gonçalo Garcia – e exemplares da arquitetura civil moderna, como o Hotel São Francisco, dos anos 1960. Essa diversidade foi mantida, rendendo a Penedo o tombamento de seu conjunto histórico e paisagístico pelo Iphan, em 1996. [...] Há, na cidade, edificações neoclássicas e até exemplares de *art nouveau* do final do século XIX, quando ocorreu seu apogeu econômico, com o renascimento da indústria do açúcar. O conjunto histórico e paisagístico de Penedo abrange a área da margem esquerda do rio São Francisco com o prolongamento do eixo das ruas 15 de Novembro, do Amparo, São Francisco, Nilo Peçanha e Ulisses Batinga, Joaquim Nabuco (antiga rua Santa Cruz), além das avenidas Getúlio Vargas e Duque de Caxias, entre outras (IPHAN, 2014).

As marcas dos colonizadores portugueses, holandeses e dos missionários franciscanos, podem ser constatadas na arquitetura barroca de conventos e igrejas. Um passeio pelas águas do Velho Chico é um convite à descoberta de ilhas, prainhas e lugarejos. A culinária e as manifestações folclóricas são atração à parte, Penedo possui um rico e preservado patrimônio histórico. Destaca-se por sua magnífica paisagem, seu importante centro histórico, edificações, prédios arquitetônicos, igrejas e por seu patrimônio artístico e cultural. Por consequência desses fatores a cidade recebeu o tombamento de seu conjunto histórico e paisagístico pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1995.

> Penedo obteve tombamento em nível estadual de seu “Patrimônio Histórico, Artístico e Natural54”, por meio do decreto n° 25595 de 08/03/1986. O tombamento municipal pela lei 939 de 09/11/1989 que veio homologar o mesmo conteúdo do decreto de tombamento estadual, mantendo os limites da mesma área. A partir do tombamento as áreas de mangues alagados, matas, vegetações de encostas as construções, demolições, formas de preservação dos imóveis do centro histórico assim como preservação, alteração do tecido das ruas e praças passaram a ser coordenadas pelo SPHAN e/ou Conselho Estadual de Preservação de Patrimônio Histórico e Artístico do Estado de

> Alagoas – CONPHAE/AL. O tombamento Federal do Conjunto Histórico e Paisagístico da Cidade de Penedo só ocorreu em 1995 pela Portaria do Ministério da Cultura n° 169 de 18/12 (RAMOS, 2015, p. 149).

Sendo contemplada com dois programas de revitalização do patrimônio: Programa Monumenta e Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH) programas do governo federal que mais investiram em infraestrutura e desenvolvimento no país, especificamente na revitalização e restauro do patrimônio. Ambos os programas têm como meta a promoção e requalificação urbanística e estímulo a diferentes usos dos bens culturais e entre as ações estratégicas para cumprimento de metas está a educação patrimonial, como estímulo ao planejamento, gestão integrada e participativa na preservação e sustentabilidade do patrimônio.

Em 2013, Penedo foi contemplado com o PAC-CH, Programa que concebe o patrimônio cultural como eixo estruturante das demais políticas públicas e estabelece ações para o desenvolvimento social vinculada às suas potencialidades. O PAC-CH tem como objetivos a promoção e requalificação urbanística dos sítios históricos e o estímulo a diferentes usos que possam promover desenvolvimento econômico e social, com um plano de ação que consiste em um instrumento de planejamento integrado para a gestão do patrimônio cultural. Apresenta como prioridade o incentivo ao desenvolvimento do turismo como uma forma de promoção e preservação dos patrimônios culturais das cidades.

O programa PAC-CH estabelece que:

> A relação do turismo com a preservação é vantajosa, principalmente, porque é ele que viabiliza, em muitos casos, as grandes:" obras de restauro. Mas não é só. É vantajoso também do ponto de vista da valorização e da visibilidade dobem cultural. A questão que se coloca é a do enfoque dado à restauração de um bem - edifício isolado ou centro histórico, monumento ou acervo de museu - requer, como já dissemos, não só a preservação e a manutenção de seus valores simbólicos como também uma atenção prioritária no seu sentido e conteúdo social. Não basta a recomposição do seu aspecto visual ou cenográfico, como pode parecer suficiente ao turismo (GASTAL, 2003, p. 82).

A relação do Programa PAC Cidades Históricas com o turismo destaca-se por trabalhar questões estruturais das cidades e sítios históricos, sendo o programa PAC um instrumento de planejamento voltado para a preservação do patrimônio cultural, desenvolvimento social e econômico.

De acordo com FRANÇA e ROCHA (2018), o “[...] programa de revitalização do patrimônio histórico do país com a atuação integrada do poder público, trade turístico e da

sociedade civil, onde suas ações tentam proporcionar o desenvolvimento do turismo contribuindo na conservação e sustentabilidade do patrimônio".

Por meio das ações desenvolvidas pelo programa, as cidades históricas obtêm novas perspectiva com relação aos seus sítios históricos, assim como, reconhecimento para novas possibilidades através de atividades turísticas que possam ser incrementadas pelo setor público ou privado para aquela localidade.

Segundo o Ministério da Cultura (2009, p.25), "o objetivo dos "Planos de Ação" era promover a pactuação dos projetos estratégicos das gestões municipais, orientando os recursos públicos e da iniciativa privada e ampliando as possibilidades de estabelecimentos de parcerias e contrapartidas".

O programa PAC junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), proporciona a revitalização do patrimônio histórico a partir da atuação do poder público, trade turístico e sociedade civil, gerando desenvolvimento do turismo contribuindo na conservação e sustentabilidade do patrimônio. Assim, por meio das ações e metas estabelecidas pelo PAC os sítios históricos brasileiros passam a cada vez mais desenvolver atividades turísticas, assim como obter reconhecimento e geração de renda através do setor turístico.
Por meio da realização das obras e metas do programa Monumenta (2002-2010), ficou notório a necessidade de desenvolvimento de ações voltadas para o setor turístico, uma vez que os municípios contemplados pelo programa possuíam atrativos viáveis para o turismo cultural.

Uma vez revitalizado, a tendência é do espaço urbano ser visto com um novo olhar, sob uma nova perspectiva. Sua comunidade passa a interagir e usufruir desse novo ambiente histórico cultural, a cidade ganha reconhecimento e destaque atraindo desta forma novos turistas e visitante.

> Tendo em vista o patrimônio histórico e os atrativos naturais do Rio São Francisco, o município de Penedo apresenta um significativo potencial turístico, mas ainda são muitos os entraves para que o turismo represente uma atividade econômica central em seu processo de desenvolvimento (RAMOS, 2013, p. 367).

O turismo é uma atividade econômica que depende de toda uma cadeia de infraestrutura que precisa ser trabalhada. Penedo tem um grande potencial para o desenvolvimento do Turismo mas falta planejamento, uma política pública que possa desenvolver saúde, educação, transporte e todos os elementos necessários para a população, o turista e o investidores.

3 POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM PENEDO

3.1 Programa Monumenta

O Programa Monumenta, é um plano de preservação urbana criado em conjunto pelo Governo Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, constitui-se em um programa federal executado pelo ministério da cultura do Brasil, e consiste na reforma e resgate do patrimônio cultural urbano. Segundo Gastal (2003, p. 78) o projeto consiste em:

> [...] uma iniciativa do governo federal que propõe realizar vultosos investimentos [...] com o objetivo de resgatar os centros históricos locais. A proposta será adequada a cada uma das localidades, mas com uma mesma filosofia, que se embasa menos em questões histórico-culturais das localidades e mais naquilo que os documentos oficiais do Projeto têm caracterizado como sustentabilidade, visibilidade, atratividade e acessibilidade.

Trabalha efetivamente sobre a perspectiva de revitalizar e restaurar os espaços urbanos, nos princípios da Conservação Integrada, sendo necessário abordar a educação patrimonial junto à execução do projeto, uma vez que a educação patrimonial é um elemento considerado fundamental processo de revitalização, restauração e preservação do patrimônio. Segundo Soares e Klamt (2008):

> A Educação Patrimonial é o ensino centrado nos bens culturais, objetivando proporcionar ás pessoas (em especial ás crianças) um maior contato com o patrimônio cultural da sua região. Através de uma metodologia específica, o objeto cultural se torna um ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem que capacita para conhecer, usar, desfrutar, recriar e transformar o patrimônio cultural (SOARES; KLAMT, 2008, p. 171).

A educação patrimonial é [...] “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO. 1999, p. 04).

É uma prática social, que aliada ao ensino didático, tornar-se uma rica ferramenta de ensino/aprendizagem, sobre as manifestações culturais presentes na cultura de um povo. Assim, “a Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e seus produtos e manifestações, que despertem nos indivíduos o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida, pessoal e coletiva” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO. 1999, p. 06).

Uma vez que trabalha com o social, o processo de educação patrimonial lida com questões pessoais de auto reconhecimento e sentimento de pertencimento do indivíduo para com sua identidade sociocultural. Dessa forma, a educação torna-se extremamente necessária

para uma implementação e visão patrimonial, a cidade e seus cidadãos se reconhecem como seres pertencentes e defensores da cultura local.

Segundo Horta (2004), citado por Soares e klamt (2008, p. 81), “a metodologia da Educação Patrimonial nos leva a formular hipóteses sobre os objetivos e fenômenos observados, buscando descobrir sua função original e sua importância no modo de vida das pessoas”.

> No que se refere á preservação, a Educação Patrimonial tem papel fundamental, pois surge como uma nova forma de observar e manter viva a tradição de cada local. É por meio dela que a comunidade toma conhecimento do potencial natural, histórico e cultural que faz parte de um município (SOARES; KLAMT, 2008, p.159).

Desse modo compreende-se que o objetivo principal da metodologia da educação patrimonial, é resgatar o interesse e intimidade entre autóctone, comunidade e patrimônios artísticos culturais, bens materiais e imateriais e as diversas manifestações culturais presentes na localidade, fazendo com que comunidade se sinta pertencida ao meio artístico-cultural que lhe rodeia, dividido por áreas de atuação:

Quadro 02: Objetivos por área de atuação do Programa Monumenta

Patrimônio Histórico e Cultural	Ampliação do roteiro e números de usuários dos equipamentos culturais, uso econômico do patrimônio, recuperação de conjuntos históricos.
Área do Projeto	Revitalização e utilização de imóveis, recuperação de física, Incentivo à diversidade econômica e funcional, etc.
Atividades Complementares:	Produção de estruturas habitacionais, Criação de áreas de lazer e entretenimento associadas, Criação de programas de saúde e educação (patrimonial e ambiental), Programas de realocação social da população de risco, Capacitação e geração de mão de obra. E objetivos a serem realizados:
Reservar áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano sob proteção federal	Destinar que as áreas de patrimônio sejam destinadas a atividades turísticas e para a comunidade. Fazendo uso dos espaços para que a população tenha mais acesso a cultura do seu povo. Planejar estratégias para que esses espaços sejam utilizados de maneira participativa.
Aumentar a conscientização da população brasileira acerca desse patrimônio	Conscientizar a população da importância de preservar e cultivar os espaços históricos, traçar metas para a implementação de uma educação patrimonial, proporcionando a comunidade e a todos que visitem determinada localidade a oportunidade de aprender e conhecer sobre a história e riquezas culturais que ali possam encontrar.

Aperfeiçoar a gestão desse patrimônio e estabelecer critérios para implementação de prioridades de conservação	Proporcionar o aprimoramento do conhecimento acerca dos bens patrimoniais inserido na cidade, saber planejar e definir estratégias sobre a preservação e manutenção desses espaços, traçar estratégias para que proporcione o uso e a preservação ao mesmo tempo.
Aumentar a utilização econômica, cultural e social das áreas de projeto	Orquestrar medidas de possam gerar renda atrás dos espaços patrimoniais, fazer uso desses para eventos culturais, proporcionar atividades junto a comunidade, preparara atividades turísticas com a finalidade de atrair o visitante e o turista para a região. Planejar para que a economia da cidade também seja fruto advindo dos meus e bens patrimoniais.

Fonte: Elaboração própria a partir de adaptação O Programa Monumenta: Intervenções Urbanas Patrimoniais e Turismo em São Francisco do Sul, 2015 e Políticas Públicas de Turismo e Cultura: Avaliação do Programa Monumenta em Penedo-Al, 2014

A princípio o Programa Monumenta agiu sobre os monumentos urbanos, trabalhando efetivamente o patrimônio urbano das cidades, destacando, restaurando e revitalizando seus imóveis (prédios, igrejas, museus, casarões, etc.), dando recursos para o custeio e normalização para o uso dos mesmos. Na sequência priorizou os espaços e vias públicas, intervindo nos espaços de uso público, expandindo as ações do programa, incluindo a comunidade e dinamizando os novos usos.

"Em 2002, Penedo foi contemplada com o Programa Monumenta, incluindo-se entre os 26 municípios selecionados para receber recursos financeiros do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, com o objetivo de conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social" (RAMOS, 2014, p. 18).

Diante do cenário de desvalorização da cultura e história do povo brasileiro, o Monumenta surgiu como "guardião" dos bens patrimoniais presentes nas cidades. Sendo um programa de cunho governamental com objetivo de juntar parcerias entre setor público e privado, tratando a preservação urbana como um importante planejamento para a superação socioeconômica do subdesenvolvimento do patrimônio cultural, uma vez que as cidades passam a ser vista e tratada como documento importante para toda sua localidade (DUARTE, 2010).

Em Penedo, o programa tinha fortes expectativas para com o desenvolvimento do projeto da preservação dos bens patrimoniais da cidade, e da atividade turística com principal fonte de sustento para o programa, sua preservação e conservação.

Buscando uma nova perspectiva sobre a preservação e recuperação do patrimônio histórico cultural, o programa Monumenta teve como proposta aliar o trabalho e as atividades já desenvolvidas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN as

diretrizes do programa, unificando forças na execução de obras de recuperação e preservação dos bens materiais e imateriais tombado pelo IPHAN.

> A meta do Programa é dotar os sítios históricos de capacidade para que consigam manter suas características preservadas sem a necessidade de receber novos aportes federais para sua conservação permitindo a autossustentabilidade do patrimônio, considerando-se como autossustentável (RAMOS, 2015, p. 151).

Para isso, foram disponibilizados recursos financeiros previamente registrado em contrato de empréstimo, além, do suporte de especialistas representantes do patrimônio cultural, técnicos do governo municipal, estadual, representantes do BID, do IPHAN, UNESCO e Ministério da Educação, entre outros representantes. Desta maneira, os centros e cidades históricas teriam condições de seguirem adiante mantendo o objetivo principal do programa, tornando esse um processo continuo e duradouro.

Em Penedo, o projeto tinha como objetivo contemplar a cidade com várias ações. Ações que partiam da reserva de áreas prioritárias para o patrimônio histórico e artístico urbano, assim como promover uma conscientização da população para com o patrimônio cultural da cidade, promovendo a dinamização da economia por meio da cultura e projetos de intervenção.

Dessa forma o projeto atenderia o conceito básico de geração de atratividade, tendo como principais ações:

- Implantação de um complexo de usos turísticos e culturais no Paço Imperial;
- Promoção turística da Igreja Nossa Senhora da Corrente;
- Restauro, implantação e promoção turística de hotel pousada no Convento Franciscano;
- Restauro da Igreja São Gonçalo Garcia;
- Restauro e implantação de receptivo turístico e usos afins no Mercado e Pavilhão vizinho;
- Reurbanização do trecho do Cais situado na Área Elegível com implantação de equipamentos turísticos e infraestrutura náutica, desapropriação dos postos de combustíveis e demais edificações situadas entre as edificações históricas e a margem do rio (quiosques, restaurantes, lanchonetes e supermercado);
- Reurbanização dos logradouros do trecho da Área Elegível em que se situam os atrativos destacados anteriormente, como a Av. e Praça Floriano Peixoto, a Rua Dâmaso do Monte, as Praças Barão de Penedo e Rui Barbosa e as Ladeiras que acorrem ao Cais (RAMOS, 2014, p. 19-20).

Com base nessas ações, o programa propôs como resultado para a cidade de Penedo:

- Restauração da Igreja de Nossa Senhora da Corrente;
- Restauração e revitalização do Mercado Público;
- Restauração e revitalização do Pavilhão da Farinha;
- Restauração da Igreja de São Gonçalo Garcia;
- Restauração da Casa da Aposentadoria;
- Recuperação, manutenção e revitalização de praças e logradouros;
- Recuperação e revitalização da Orla;

- Imóveis Privados: recuperação de fachadas e telhados (serviços externos). Dentre os imóveis privados está o Convento Nossa Senhora dos Anjos;
- Recursos para Projetos e UEP (Unidade Executora do Projeto);
- Recursos para Promoção Econômica, Cultural e Turística, entre eles, o programa de ações sociais para os comerciantes do Mercado Público, Pavilhão da Farinha e ambulantes do entorno; e dois estudos de viabilidade, quais sejam: o primeiro para um possível hotel a ser implantado no Convento Nossa Senhora dos Anjos e o segundo para definição do uso do piso inferior da Casa da Aposentadoria, proposto a princípio para um restaurante;
- Recursos para Fortalecimento Institucional, Programas Educativos e Treinamento de Agentes Locais de Cultura e Turismo (RAMOS, 2014, p. 19-20).

Diante dessas ações e objetivos, vale destacar que nem todos os pontos foram alcançados. Vários foram os empecilhos e entraves que impossibilitaram a realização por completa das ações e metas do programa Monumenta na cidade.

> Não é possível considerar o processo de restauração destes espaços, em Penedo, como um processo efetivo de revitalização do patrimônio cultural, considerando-se que revitalizar, no sentido estrito do termo, seria dar uma nova vida, revigorar, reviver e enfim atribuir um novo significado, mais especificamente, estimular relações diferenciadas da população com o espaço, em um processo de sensibilização que a conduzisse a ressignificá-lo (RAMOS, 2013, p. 372).

Assim, o que podemos notar e afirmar, é que na cidade de Penedo os resultados do Programa caracterizam-se basicamente por reformas estruturais e recuperação de fachadas, reforma na Igreja Nossa Senhora da Corrente, Mercado Público, Pavilhão da Farinha, Casa da Aposentadoria, Igreja de São Gonçalo Garcia, Praça Barão de Penedo, Praça Padre Veríssimo, Praça Rui Barbosa, Rua Dâmaso do Monte, Avenida Floriano Peixoto, Adro da Igreja das Correntes/prolongamento da Rua 7 de setembro, Praça Costa e Silva, Rua Dom Jonas Batinga, Rua São Miguel e Orla de Penedo, etc.

3.2 Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas

O programa PAC Cidades Históricas é uma iniciativa do governo federal coordenada pelo Ministério do Planejamento com objetivo de promover a retomada de projetos, planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país. Trata-se de um projeto com objetivo de atender, preservar e restaurar os sítios históricos, proporcionando a revitalização das cidades históricas, a restauração dos monumentos e a promoção do patrimônio cultural, com foco no desenvolvimento econômico, social e no fomento e desenvolvimento da produtividade local das cidades históricas.

> O programa é uma importante conquista e consolida significativos resultados obtidos a partir do incremento das políticas culturais em nosso país, em

> especial da implementação do Programa Monumenta, o qual promoveu impactos muito positivos para as comunidades de 26 municípios beneficiados (MINISTÉRIO DA CULTURA - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2009).

No segundo mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2007- 2008) foi criado o programa de aceleração do Crescimento PAC-CH. O programa voltava-se para a assistência à população mais pobre, com ênfase na infraestrutura social-urbana, educação, saúde, habitação, saneamento, transporte, cultura, esporte e lazer. Nesse quadro buscava promover a retomada do planejamento e execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, contribuindo para o desenvolvimento acelerado e sustentável do país.

Idealizado como um plano estratégico de resgate do planejamento e de retomada dos investimentos em setores estruturantes do país, o PAC-CH contribuiu de maneira decisiva para o aumento da oferta de empregos e na geração de renda, elevando o investimento público e privado em obras fundamentais (Processo de Aceleração do Crescimento, 2015).

O programa tem início no ano de 2007, mas é no ano de 2013 que o Ministério do Planejamento autoriza a criação de uma linha destinada exclusivamente aos sítios históricos urbanos protegidos pelo Iphan, dando origem ao PAC Cidades Históricas, sendo esse presente em 44 cidades de 20 estados, totalizando R$1,6 bilhão em investimentos distribuídos em 424 ações.

Sendo um projeto derivado das ações implementadas ainda do primeiro programa nacional de preservação, conservação e restauro do patrimônio histórico cultural urbano (Monumenta), o PAC Cidades Históricas surge com um novo e inovador programa, visando o desenvolvimento local e social dos sítios históricos, investindo em obras e serviços ligados aos eixos de logística, energia, social e urbana.

Em outubro de 2009 é oficialmente lançado o PAC Cidades Históricas, “incorporando a premissa dos Planos de Ação de desenvolver uma postura inovadora baseada nos conceitos de desenvolvimento local e social sustentável diretamente ligada ao desenvolvimento e mobilização social” (LEAL; MORAES, 2017, p. 09).

No estado de Alagoas, o Programa PAC Cidades Históricas contemplou e custeou ações nas cidades de Penedo e Marechal Deodoro. Inicialmente, Alagoas teria quatro cidades contempladas com as ações do programa: Maceió, Marechal Deodoro, Penedo e Piranhas, entretanto, por questões políticas e não cumprimento de prazos das licitações e formalidades, as cidades de Maceió e Piranhas foram excluídas do programa.

Com uma linha de financiamento de R$ 300 milhões para a recuperação de imóveis e patrimônios privados, na cidade de Penedo, o Programa contemplou e custeou ações de R$

20,89 (vinte milhões e oitocentos e noventa mil reais) em nove projetos que visavam a restauração, requalificação e recuperação dos monumentos, prédios históricos e espaços urbanos FRANÇA e ROCHA (2018).

- Restauração do Teatro Sete de Setembro;
- Restauração do Cine Penedo;
- Restauração do Casarão do Montepio dos Artistas;
- Restauração do Círculo Operário - Escola de Santeiros;
- Restauração do Casarão da Biblioteca de Penedo;
- Restauração dos galpões da orla do rio - Implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública;
- Restauração do Chalet dos Loureiros - Implantação do Centro de Referência do São Francisco;
- Requalificação urbanística do Largo de S. Gonçalo - Rua Joaquim Nabuco, Rua São Miguel, Rua Siqueira Campos, Rua Sete de Setembro, Tv. Joaquim Nabuco, Tv. Batista Acioli, Av. Comendador Peixoto, Av. Duque de Caxias.
- Recuperação do Cais da Marina de Penedo (Localização: Bairro Santo Antônio - Loteamento Universal).

Segundo o IPHAN (2009), os objetivos e metas do programa PAC Cidades Históricas eram:

- Promover a requalificação urbanística dos sítios históricos e estimular usos que garantam o desenvolvimento econômico, social e cultural;
- Investir na infraestrutura urbana e social;
- Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis privados;
- Recuperar monumentos e imóveis públicos para uso comunitário;
- Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais;
- Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio e a formação e capacitação de agentes, técnicos e gestores.

Tinha como meta promover a requalificação urbana dos sítios históricos, assim como garantir o desenvolvimento econômico, social e cultural das localidades. Por meio de investimentos em infraestrutura e requalificação dos espaços urbanos. O pilar era a preservação do patrimônio brasileiro, valorizando a cultura local e promoção do desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida (IPHAN, 2009).

Na cidade de Penedo, o programa PAC Cidades Históricas caracteriza-se por obras de restauração dos prédios e monumentos históricos, sendo uma parte bem específica do centro histórico da cidade. Mas vale destacar que o programa tinha como meta alcançar alguns resultados, resultados esses obtidos por linhas de ações e estratégias pré-estabelecida pelo Iphan (2009):

Estratégia:

Execução direta de obras de requalificação pelo Governo Federal e em parceria com os governos municipais, estaduais e concessionárias de serviços públicos.

Ações:

- Embutimento de fiação elétrica nas cidades;
- Recuperação de espaços públicos com acessibilidade universal;
- Destinação de uso prioritário para equipamentos sociais e comunitários;
- Instalação de mobiliário urbano e sinalização turística;
- Iluminação de destaque para valorização de monumentos e áreas públicas;
- Ampliação da capacidade de comunicação com instalação de internet sem fio;

Investir na infraestrutura urbana e social

Estratégia:

Inclusão das cidades históricas e seu entorno nas ações da agenda social do Governo Federal, viabilizando as condições necessárias de infraestrutura urbana e social.

Ações:

- Saneamento ambiental;
- Melhoria do transporte e da mobilidade urbana;
- Habitação de interesse social e regularização fundiária;
- Segurança Cidadã;
- Territórios da Cidadania;

Ampliar o financiamento para a recuperação de imóveis privados.

Estratégia:

Ampliação da linha de crédito especial para imóveis privados localizados em áreas protegidas, visando à recuperação de imóveis subutilizados e degradados.

Características:

- Juro zero e correção anual da dívida com base no INPC;
- Contratação não obrigatória de seguro e inexistência de limite de idade;
- Prazo de carência de seis meses, contados a partir da conclusão das obras;
- Condições diferenciadas para famílias com renda até três salários mínimos;
- Pagamento da dívida em 10, 15 ou 20 anos;
- Retorno do financiamento para o Fundo de Preservação do Patrimônio;

Recuperar monumentos e imóveis públicos com destinação de uso de interesse social.

Estratégias:

- Execução direta e em parceria com os governos municipais e estaduais, com a recuperação condicionada à garantia de uso, que promova atividades econômicas, sociais e culturais em sintonia com os demais programas da agenda social.
- Ações de fomento com a mobilização de recursos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) - Lei Federal de incentivo à cultura (Lei 8.913/91) - para ação de preservação e salvaguarda do patrimônio.

Ações:

- Execução direta e em parceria com os governos municipais e estaduais, com a recuperação condicionada à garantia de uso, que promova atividades econômicas, sociais e culturais em sintonia com os demais programas da agenda social;

- Ações de fomento com a mobilização de recursos pelo Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) - Lei Federal de incentivo à cultura (Lei 8.913/91) - para ação de preservação e salvaguarda do patrimônio.
- Ações:
- Recuperação de monumentos e imóveis públicos para a instalação de universidades, escolas, albergues, bibliotecas, habitação social, museus, centros culturais, cinemas, pontos de difusão digital e pontos de cultura;
- Parcerias locais para integração dos espaços no circuito cultural de escolas e universidades e outras instituições de interesse social;
- Aperfeiçoamento do processo de análise técnica, monitoramento, fiscalização e avaliação dos projetos via Pronac e pleno funcionamento do Sistema Salic Web;[1]
- Identificação e divulgação nos locais e monumento com ações de recuperação informações para o público sobre a importância das obras em curso e o valor histórico do bem.

Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

Estratégia:

Apoio às atividades tradicionais para incrementar a capacidade local de geração de emprego, trabalho e renda, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população local.

Ações:

- Qualificação dos espaços destinados à produção e venda do artesanato no país;
- Realização de oficinas de capacitação;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de produção e circulação de produtos, possibilitando maior inserção no mercado;
- Parcerias com as universidades e secretarias de governo para fomento à ação de formação da força de trabalho.

Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes, técnicos e gestores.

Estratégias:

- Articulação interinstitucional para o desenvolvimento de ações integradas visando à preservação e valorização do patrimônio;
- Implantação das Casas do Patrimônio como pólos de referência local e regional e como espaços de diálogo, promoção e intercâmbio do patrimônio cultural brasileiro;
- Fortalecimento das ações do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, de responsabilidade do Iphan em parceria com a UNESCO, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa e Mercosul.

Ações:

- Capacitação de agentes para o desenvolvimento do turismo cultural;
- Formação de multiplicadores para ampliar a capacidade de promoção do patrimônio nas escolas, universidades e centros comunitários;

---

[1] Projetos do Programa Nacional de Apoio as Leis de incentivo à Cultura - Lei Rouanet – SALIC
Principal mecanismo de fomento à Cultura do Brasil, a Lei Rouanet, como é conhecida a Lei 8.313/91, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac). O nome Rouanet remete a seu criador, o então secretário Nacional de Cultura, o diplomata Sérgio Paulo Rouanet.

- Formação e intercâmbio de gestores do patrimônio cultural;
- Produção e disseminação de informações sobre as cidades históricas;
- Desenvolvimento de uma rede de Casas do Patrimônio com espaços de exposições, arquivos e bibliotecas para atendimento ao público;
- Edição de obras de referência sobre o patrimônio cultural com uma política de distribuição em âmbito nacional;
- Comunicação e maior interlocução com a sociedade;
- Organização da biblioteca virtual da área de patrimônio cultural e maior acesso à informação e ao conhecimento de interesse do setor.

Fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais.

Estratégia:

Apoio às atividades tradicionais para incrementar a capacidade local de geração de emprego, trabalho e renda, favorecendo a melhoria da qualidade de vida da população local.

Ações:

- Qualificação dos espaços destinados à produção e venda do artesanato no país;
- Realização de oficinas de capacitação;
- Desenvolvimento e aperfeiçoamento dos processos de produção e circulação de produtos, possibilitando maior inserção no mercado;
- Parcerias com as universidades e secretarias de governo para fomento à ação de formação da força de trabalho.

Promover o patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes, técnicos e gestores.

Estratégias:

- Articulação interinstitucional para o desenvolvimento de ações integradas visando à preservação e valorização do patrimônio;
- Implantação das Casas do Patrimônio como pólos de referência local e regional e como espaços de diálogo, promoção e intercâmbio do patrimônio cultural brasileiro;
- Fortalecimento das ações do Centro Regional de Formação para Gestão do Patrimônio, de responsabilidade do Iphan em parceria com a UNESCO, Comunidades dos Países de Língua Portuguesa e Mercosul.

Ações:

- Capacitação de agentes para o desenvolvimento do turismo cultural;
- Formação de multiplicadores para ampliar a capacidade de promoção do patrimônio nas escolas, universidades e centros comunitários;
- Formação e intercâmbio de gestores do patrimônio cultural;
- Produção e disseminação de informações sobre as cidades históricas;
- Desenvolvimento de uma rede de Casas do Patrimônio com espaços de exposições, arquivos e bibliotecas para atendimento ao público;
- Edição de obras de referência sobre o patrimônio cultural com uma política de distribuição em âmbito nacional;
- Comunicação e maior interlocução com a sociedade;
- Organização da biblioteca virtual da área de patrimônio cultural e maior acesso à informação e ao conhecimento de interesse do setor.

Com objetivo de profissionalizar e especializar os agentes para o desenvolvimento do turismo cultural (artesãs, produtores, mestres do saber, etc) e gestores do segmento cultural, o programa PAC-CH previa estratégias para a promoção do patrimônio cultural, o intercâmbio, a formação e a capacitação de agentes e técnicos locais. Trazendo para a realidade da cidade de Penedo, o programa apresentou muitas limitações, chegando a restringir-se a um processo de revitalização dos imóveis e espaços físico/urbanos do patrimônio da cidade. Onde podemos destacar como obras previstas e concluídas: a Restauração do Theatro Sete de Setembro; Cine Penedo; Casarão do Montepio dos Artistas; Círculo Operário - Escola de Santeiros; Casarão da Biblioteca de Penedo; Galpões da Orla do Rio - implantação da Escola Náutica, Oficina e Marina Pública; Casa São Francisco (implantação do Conservatório de Música) e Chalet dos Loureiros - implantação do Centro de Referência do São Francisco, ficando as demais metas como: fomentar o desenvolvimento das cadeias produtivas locais e a promoção do patrimônio cultural, a formação e capacitação de agentes, técnicos e gestores sem realização.

3.3 Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Penedo (Funpatri)

Para gerir os recursos do fundo financeiro adquirido por intermédio do programa Monumenta e garantir os princípios da Conservação Integrada de gestão integrada e participativa, fez-se necessário a criação de um Conselho Curador do Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural (FUNPATRI).

De acordo com a Lei Municipal N° 1.158/2002, Prefeitura Municipal de Penedo – Alagoas:

> Um fundo de preservação, de natureza contábil-financeira, sem personalidade jurídica própria e de duração indeterminada, vinculado à secretaria Municipal de Planejamento, com o objetivo de financiar as ações de preservação e conservação de áreas submetidas à intervenção do projeto de proteção ao patrimônio Histórico de Penedo – Fundo de Preservação, desenvolvido e implantado no âmbito do programa Monumenta (Lei Municipal Nº 1.158/2002, Prefeitura de Penedo – Alagoas apud RAMOS, 2014, p. 65).

Com o “termino das atividades previstas no programa Monumenta”, o FUNPATRI tornou-se uma instância de governança do PAC Cidades Histórica, tendo por finalidade representar o setor privado, poder público e a sociedade civil, fiscalizar a execução das ações do programa PAC Cidades Histórica, ser responsável pelo financiamento e fiscalização de novos recursos, assim como planejar e orquestrar novas metas e objetos para promover o desenvolvimento econômico e social gerando qualidade de vida para a toda a comunidade.

Segundo FRANÇA e ROCHA (2018), com base nas novas diretrizes do programa (PAC), “os recursos do FUNPATRI devem ser direcionados para desenvolver ações para educação patrimonial com a população local e financiar manutenção de prédios públicos históricos”.

Com o propósito de desenvolver o fomento da cultura local, o programa é composto por membros, representantes de diferentes secretarias, setores, indústria e turismo. “O FUNPATRI em Penedo é formado por 10 (dez) membros que foram indicados pelos segmentos com interesse pelo desenvolvimento e fomento da cultura, pela preservação do patrimônio material e cultural e pelos demais objetivos do conselho e do fundo” (RAMOS, 2014, p. 66).

- Representante da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras;
- Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e meio Ambiente;
- Representante do IPHAN;
- Representante da Secretaria de Cultura do Estado de Alagoas através da diretoria do Pró-Memória;
- Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- Representante do Comércio Local;
- Representante da Indústria Local de Turismo;
- Representante dos Moradores da área de influência do Projeto;
- Representante da Atividade Cultural;
- Representante das organizações Não Governamentais ligadas à Preservação do Patrimônio Histórico e à promoção à Cultura.

Constituindo-se em uma sequência do Programa Monumenta, o PAC-CH também demandava uma gestão integrada e participativa, função que seria do âmbito do FUNPATRI. O Conselho deveria ser um espaço para o envolvimento dos diversos setores com a gestão do patrimônio e também um espaço de exercício e aprendizado da gestão conjunta da cidade. Por outro lado, verificamos que, na prática o FUNPATRI não exerceu essas funções previstas:

> O gestor da Secretaria de Turismo [...] desvincula o FUNPATRI de órgão de gestão do PAC-CH, revelando o desconhecimento da gestão participativa do Programa. [...] atribui importância as ações de educação patrimonial, mas resume as ações a campanhas contra a depredação do patrimônio e não associa aos princípios do PAC-CH (FRANÇA; ROCHA, 2018, p. 27),

Ainda de acordo com autores, “os gestores públicos não compreendem que FUNPATRI é uma instância de governança do PAC-CH [...] Eles reduzem as ações do FUNPATRI a simples gestão de recursos para dar manutenção aos prédios que já foram restaurados pelo Monumenta (FRANÇA e ROCHA, 2018).

Vale salientar que os membros do conselho também tinham por finalidade acompanhar e validar junto ao setor turístico da cidade propostas e projetos de desenvolvimento que

proporcione uma maior durabilidade e rentabilidade para o programa e todos aqueles que possam se beneficiar das ações do mesmo.

4. A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM DOCUMENTOS DE GESTÃO PÚBLICA DE PENEDO

Para o desenvolvimento da pesquisa, fez-se necessário a coleta de informações e dados documentais a fim de elencar os entraves para o desenvolvimento de políticas públicas de preservação para o patrimônio cultural no município de Penedo-AL.

4.1 A Educação Patrimonial no Plano Diretor Municipal de Penedo

Para falar do plano municipal da cidade de Penedo/AL, inicialmente precisamos compreender o que é, e qual a importância de um plano diretor. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Regional (2020), "Plano Diretor é uma lei municipal que organiza o território. Por meio dela, a Prefeitura consegue definir a função de cada área do município: onde ficará o comércio, quais as áreas prioritárias para a indústria, delimitar áreas de risco e de preservação". Segundo o Plano Diretor Participativo da cidade de Penedo/AL (2005, p. 8), um plano diretor caracteriza-se por ser:

> **Art. 1º** [...] Instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana do Município que interfere no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, financeiros, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que o condicionam.

Trata-se de um mecanismo legal que visa orientar a ocupação do solo urbano, tomando como base a participação da comunidade, assim como a preservação dos bens e memória desta localidade. Sendo um documento base de orientação para a política de desenvolvimento dos municípios brasileiros.

Previsto na Lei 10.257/01, conhecida como Estatuto da Cidade. Fica acertado que todos os municípios com mais de 20 mil habitantes devem elaborar um Plano Diretor, que englobe boa parte dos municípios e população brasileira. Estabelece regras, parâmetros e incentivos para a inclusão social. Serve como diretriz geral para a organização da cidade, orientando a atuação do poder público e estabelecendo as diretrizes para os programas, como o plano de proteção do patrimônio para o desenvolvimento da cidade em todas as suas instâncias.

O plano municipal da cidade de Penedo/AL, elaborado em 2005, tem como principais metas e objetivos para a política territorial do município:

Quadro 03: Objetivos e Metas Do Plano Municipal da Cidade de Penedo/AL

Objetivos	Metas
Art. 8º Constituem objetivos gerais da política territorial: • Estabelecer parâmetros para orientar o ajuste da legislação municipal às disposições do Estatuto da Cidade; • Fazer cumprir a função social da cidade e da propriedade; • Promover o desenvolvimento integrado do Município, através da implantação de um processo permanente de planejamento municipal e do monitoramento da implementação do Plano Diretor; • Estabelecer diretrizes para formulação e implementação de políticas públicas nas áreas de competência da administração municipal; • Estabelecer critérios para aplicação dos instrumentos de planejamento e desenvolvimento urbano previsto no estatuto da cidade; • Atender as diretrizes gerais da política urbana, dispostas no Estatuto da Cidade; • Ordenar o crescimento e a implantação de núcleos urbanos, através da distribuição adequada da população e das atividades de interesse urbano, de forma a evitar e corrigir as distorções do crescimento da cidade; • Promover a regularização fundiária; • Estabelecer diretrizes para políticas setoriais em: a) saneamento ambiental; b) habitação; c) desenvolvimento sócio-econômico; d) patrimônio histórico; e) mobilidade e acessibilidade.	• Participação das entidades da sociedade civil organizada; • Indivíduos que tivessem interesse, na formulação e implementação das políticas públicas, planos, programas, projetos, diretrizes e prioridades contidas nesta lei; • Garantia da fiscalização das ações e o pleno exercício da cidadania; • Organização territorial da cidade, desenvolvimento dos espaços urbanos. **Art. 9º** Entende-se por gestão democrática a atuação de instâncias de participação dos cidadãos no processo de planejamento, tomada de decisão e fiscalização das ações públicas por meio de espaços institucionalizados onde o Poder Público Municipal partilha o seu direito de decisão. **Parágrafo único.** Deverá ser respeitada a participação das entidades da sociedade civil organizada, bem como daqueles que tiverem interesse, na formulação e implementação das políticas públicas, planos, programas, projetos, diretrizes e prioridades contidas nesta lei, de modo a garantir a fiscalização das ações e o pleno exercício da cidadania.

Fonte: Elaboração própria a partir de adaptação Plano Diretor Participativo de Penedo, 2007

Quando falamos de planejamento urbano, o Plano Diretor destaca-se por ser o principal instrumento para uma política urbana. Sendo instrumento base para o diálogo entre os objetivos sócias, econômicos e ambientas presentes nas cidades. Tento como objetivo a inclusão e um desenvolvimento sustentável.

O planejamento urbano origina ações de progresso e melhoria para potencializar as atividades socioeconômicas das comunidades. Cabe ao Plano Diretor criar bases para uma cidade inclusiva, equilibrada e sustentável, que promova qualidade de vida a todos os seus cidadãos, reduzindo os riscos do crescimento desenfreado e distribuindo justamente os custos e benefícios para toda a população. Sendo assim, o plano municipal da cidade de Penedo tem como princípios, metas e propostas a elaboração de:

Princípios:

- As ações e estudos do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural deverão articular-se com as ações e estudos promovidos pelo Programa Monumenta, presente no município no ano de 2002. O Programa tem por objetivo a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações de forma a garantir sua conservação permanente e a intensificação do seu uso pela população, sendo o primeiro projeto de financiamento à cultura apoiado por organismos multilaterais.

Metas/propostas:

- Inventário de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, singulares ou coletivos, referências de valor cultural e simbólico, composto de pesquisa histórica, levantamentos gráficos, fotográfico e documental, diagnóstico sobre estado de conservação e condições de uso;
- Classificação dos bens inventariados;
- Elaboração de projetos de intervenção física que assegurem a integridade dos bens inventariados e das referências culturais que corram riscos de destruição;
- Elaboração de projetos de prevenção e incêndio e segurança;
- Elaboração de leis específicas de proteção e planos de preservação que compatibilizem uso e manutenção do acervo do patrimônio cultural municipal;
- Esclarecimento da comunidade local, dos proprietários e possuidores de bens de valor cultural sobre sua importância para a formação da identidade do povo penedense e potencialidades econômicas;
- Integração entre a educação pública municipal e as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural.

Para as questões ligadas aos princípios e propostas diretamente relacionado ao Turismo, o Plano Municipal descreve ser preciso potencializar os investimentos no patrimônio e turismo cultural subtilizados, de forma a realizar o potencial Turístico Cultural para manutenção do patrimônio cultural da cidade, assim como seu desenvolvimento, gerando mais investimentos e empregos e melhorando a qualidade de vida dos moradores, através do detalhamento das seguintes ações: a) definição das áreas de interesse turístico-cultural na cidade e de circuitos de visitação turística, com sinalização específica e padrões de acessibilidade; b) detalhamento de incentivos a projetos específicos e melhorias de infraestrutura para essas áreas; c) incentivo aos usos que estimulem a permanência do turista na cidade; d) criação de programa de divulgação

turística; e) provisão da Orla Fluvial com equipamentos voltados para o lazer de moradores e turistas, devido ao grande potencial paisagístico cultural e natural.

O desenvolvimento ocorre com propósito de igualdade, ação ou efeito de buscar e proporcionar interesses que atendam às condições e necessidades da sociedade. Desta forma, o desenvolvimento turístico origina ações de progresso e melhoria para potencializar a atividade turística nas regiões e comunidade receptora, pensando-se em soluções para problemáticas acerca das injustiças sociais, históricas, econômicas entre outras.

O plano municipal da cidade de Penedo cita como principal princípio os conteúdos do PRPSHT- Plano de Requalificação da Paisagem do Sítio Histórico Tombado, visando à conservação e preservação conscientemente e responsável, abordando o patrimônio cultural e paisagístico, assim como:

- A identidade e os aspectos culturais da comunidade sejam mantidos e destacados;
- As áreas degradadas sejam reabilitadas e utilizadas de acordo com as necessidades sociais e econômicas locais;
- A vida seja melhorada através da manutenção da população local e dos usos e ocupação heterogênea existente;
- A herança histórico-ambiental da cidade seja base importante para que se construa um projeto de desenvolvimento local;
- As ações de manutenção sejam eficientes através instrumentos adequados e organização estratégica;
- O Município de Penedo possa preservar adequadamente e obter retornos com o seu patrimônio cultural edificado.

A problemática acerca da educação/educação patrimonial, é apresentada no Plano Diretor (2007. p. 43) cidade de Penedo a partir das seguintes diretrizes e propostas estratégicas, visando a auto sustentabilidade e a educação patrimonial:

- Inventário, e cadastro do Perímetro de Tombamento Municipal para acompanhamento do patrimônio existente;
- Ajustes de conduta necessários;
- Integração e participação da população como agente preservador e responsável pela cidade;
- Atualização das legislação e estrutura municipais específicas;
- Atuação com rigor em áreas já descaracterizadas (PLANO DIRETOR. 2007, p. 43).

Propostas:

- Ambiente construído em processo de descaracterização e degradação, para criar condições de reversão desse processo e dos seus efeitos, melhorando a qualidade de vida da população local, através do detalhamento de algumas ações;
- Apropriação do patrimônio cultural e do espaço público, para esclarecer a população local, e aos proprietários e inquilinos, sobre a importância do patrimônio cultural penedense para a preservação da sua memória e identidade e sobre o potencial socioeconômico desse patrimônio, através de algumas ações;

- Gestão eficiente do Patrimônio Cultural, para facilitar e otimizar o seu uso sustentável através da criação de instrumentos específicos;
- Potencializar os investimentos no patrimônio e turismo cultural, subutilizados, de forma a realizar o potencial Turístico Cultural para manutenção do patrimônio cultural da cidade, assim como seu desenvolvimento, gerando mais investimentos e empregos e melhorando a qualidade de vida dos moradores (PLANO DIRETOR. 2007, p. 44).

O processo para o desenvolvimento patrimonial, engloba questões acerca da sustentabilidade, levantando problemas para como tornar o processo de desenvolvimento sustentável, pensando-se para quem ofertar essa sustentabilidade e em qual potencial a mesma será trabalhada.

Diante da compreensão acerca da criação, implementação e importância sobre o plano municipal, descreve-se abaixo algumas das propostas apresentadas no documento Plano Diretor (2007. p. 20).

Patrimônio Cultural – metas e propostas:

- Inventário de bens materiais e imateriais, móveis e imóveis, singulares ou coletivos, referências de valor cultural e simbólico, composto de pesquisa histórica, levantamentos gráficos, fotográfico e documental, diagnóstico sobre estado de conservação e condições de uso;
- Classificação dos bens inventariados;
- Elaboração de projetos de intervenção física que assegurem a integridade dos bens inventariados e das referências culturais que corram riscos de destruição;
- Elaboração de projetos de prevenção e incêndio e segurança;
- Elaboração de leis específicas de proteção e planos de preservação que compatibilizem uso e manutenção do acervo do patrimônio cultural municipal.

Turismo – metas e propostas:

- Definição das áreas de interesse turístico-cultural na cidade e de circuitos de visitação turística, com sinalização específica e padrões de acessibilidade;
- Detalhamento de incentivos a projetos específicos e melhorias de infraestrutura para essas áreas;
- Criação de programa de divulgação turística.

Educação Patrimonial – metas e propostas:

- Criar programas de alfabetização de jovens e adultos em parceria com as empresas e locais de fácil acesso, de preferência no turno da noite;
- Formar parceria com a PAÍSA para a manutenção de uma escola-piloto para alfabetizar seus funcionários e promover cursos de segurança no trabalho nos meses em que não há o corte da cana (Calendário escolar especializado de fevereiro a agosto);
- Criar programas de capacitação básicos para os jovens e adultos em áreas previamente identificadas por estudo específico;

- Promover condições para a abertura de cursos técnicos gratuitos nas áreas de agropecuária e agroindustrial;
- Fiscalizar e regularizar os pagamentos das empresas contratada para realizarem o transporte escolar e garantir desta maneira o acesso às escolas de forma ininterrupta e segura a seus usuários.

Dentre as propostas e metas encontradas no plano municipal da cidade de Penedo, algumas propostas possuem características importantes para a história cultural da cidade uma vez que se relacionam diretamente ao Programa Monumenta e ao PAC - Cidades Históricas.

Desse modo o Plano Diretor Participativo da cidade de Penedo/AL (2007, p. 19) descreve que a política de preservação e conservação do patrimônio histórico cultural da cidade de Penedo, deverá atender os seguintes objetivos:

- Criar cadastro municipal integrado ao Sistema de Gestão de Informação Urbana dos bens referenciais da identidade do povo penedense;
- Promover exploração econômica sustentável do patrimônio cultural;
- Promover a integração das ações públicas e privadas destinadas à proteção do patrimônio cultural existente.

Parágrafo Único: As ações e estudos do Programa de Valorização do Patrimônio Cultural deverão articular-se com as ações e estudos promovidos pelo Programa Monumenta, presente no município no ano de 2002. O Programa tem por objetivo a preservação de áreas prioritárias do patrimônio histórico e artístico urbano do país, incluindo espaços públicos e edificações de forma a garantir sua conservação permanente e a intensificação do seu uso pela população, sendo o primeiro projeto de financiamento à cultura apoiado por organismos multilaterais.

Dentre os princípios e propostas diretamente ligados a educação patrimonial (menções a Educação Patrimonial) o Plano De Diretrizes Estratégicas Para O Turismo Do Município De Penedo-Al (2015-2020) descreve a:

- Criação da Disciplina – História de Penedo no conteúdo escolar – RESGATE CULTURAS;
- Elaboração do Livro Didático com história de Penedo;
- Valorizar as tradições culturais inserindo-as nos eventos para que os atores envolvidos se sintam motivados a transmitir para outras gerações sua tradição. (Parcialmente realizada);
- Criar incentivos que consigam dar suporte ao patrimônio cultural material e imaterial.

Conforme já apontado, cabe ao Plano Diretor criar as bases para uma cidade inclusiva, com isso, um dos pontos a ser analisado sobre o plano municipal é sua dinâmica frente aos interesses coletivos e particulares perante os moradores da cidade.

4.2 A Educação Patrimonial no Plano Estratégico de Desenvolvimento do Turismo 2015-2020.

O planejamento estratégico é um conjunto de mecanismos sistêmicos que utiliza processos metodológicos para contextualizar e definir o estabelecimento de metas e tomada de decisões.

> É o processo contínuo de, sistematicamente e com o maior conhecimento possível do futuro contido, tomar decisões atuais que envolvam riscos; organizar sistematicamente as atividades necessárias à execução dessas decisões e, por meio de uma retroalimentação organizada e sistemática, medir o resultado dessas decisões em confronto com as expectativas alimentadas (Drucker. 1998, p. 136),

Sendo o planejamento turístico um documento de tomada de decisões, seguido por um conjunto de ações e variáveis políticas econômicas, sociais, culturais e ambientais que apresenta diretrizes e um conjunto integrado de ações para o desenvolvimento do turismo.

Com objetivo de potencializar e elaborar um planejamento para o destino turístico (Penedo), visando desenvolver o turismo local, o plano de diretrizes do município Penedo, foi lançado no ano de 2015.

> A Prefeitura Municipal de Penedo, por meio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comercio, Meio Ambiente, Ciências e Tecnologia e o SEBRAE Alagoas, firmaram uma parceria para elaboração do Plano de Desenvolvimento do Turismo de Penedo, com o objetivo de ordenar e integrar esforços para o desenvolvimento da atividade turística no município (PLANO DE TURISMO PENEDO – ALAGOAS: Estratégias 2015 – 2020, p. 04).

De maneira participativa, por meio de oficinas e encontros periódicos, o processo para a realização do plano de turismo da cidade de Penedo contou com a participação de entidades do trade turístico, poder público e representantes civis.

As fases do planejamento estratégico obedecem a uma ordem lógica estratégica, que vai do estudo do negócio até a avaliação dos resultados.

Com objetivo de embasar o processo de gestão estratégica do turismo em Penedo, este plano divide-se entre 2 (três) passos do planejamento estratégico (PLANO DE TURISMO PENEDO – ALAGOAS: Estratégias 2015 – 2020, p. 06):

VISÃO:

- Penedo será visto como exemplo de desenvolvimento sustentável da atividade turística e de união entre poder público, iniciativa privada e a comunidade, comprometidos num proposito único de desenvolvimento local.

MISSÃO:

- Fazer da atividade turística de Penedo, um agente de integração entre o poder público, iniciativa privada, Governos Estadual e Federal, Entidades de Apoio e Incentivo ao Desenvolvimento da Região e a comunidade, objetivando preparar o produto Penedo como um destino turístico qualificado e estruturado, possibilitando a constante integração cultural do turista com a comunidade local.

Várias são as diretrizes que colaboram para o aumento do fluxo turístico dentro de uma cidade histórica. Na cidade de Penedo, as diretrizes estabelecidas no plano estratégico para o desenvolvimento do turismo, ajudaria a desenvolver as estruturas de apoio ao turista, quanto à população local. Diante das diretrizes estabelecidas, o Plano Estratégico do município tinha como metas e resultados esperados:

- Atrair uma maior demanda turística para o município e consequentemente aumentar a rentabilidade econômica no setor;
- Fomentar a melhoria dos empreendimentos locais;
- Atrair investidos para ampliar a infraestrutura turística gerando assim, o aumento dos empregos no setor;
- Promover a qualidade de vida da população com base nas melhorias de infraestrutura básica e turística, elevando a satisfação da comunidade e do turista;
- Aumentar o fluxo turístico dentro da cidade e consequentemente aumentar o setor econômico existente na cidade;
- Estruturar a ligação entre comunidade local, turista e visitante;
- Preservação dos espaços públicos;
- Sinalizações Turísticas;
- Estruturas do meio de hospedagem;
- Centro de atendimento ao Turista;
- Capacitação de pessoas ao meio Turístico (PLANO DE TURISMO PENEDO – ALAGOAS: Estratégias 2015 – 2020, p. 05 - 07).

As políticas públicas para o desenvolvimento do setor de turismo são elaboradas em diferentes esferas governamentais: municipal, regional, estadual, nacional e internacional. Nesse sentido, planejamento e intervenções são implementadas por diferentes órgãos, possibilitando, muitas vezes, um conjunto diferente de objetivos e resultados.

Um dos fatores positivos presente no Plano Municipal, são os projetos de requalificação do centro histórico. Assim, as ações previstas ou executadas que se relacionam diretamente com o PAC-CH seriam a inserção da disciplina - História de Penedo no conteúdo escolar – RESGATE CULTURAS; a elaboração do Livro Didático com história da cidade de Penedo; a valorização das tradições culturais inserindo-as nos eventos para que os atores envolvidos se sintam motivados a transmitir para outras gerações sua tradição. Por fim, a criação de incentivos que consigam dar suporte ao patrimônio cultural material e imaterial.

Compreendendo a educação patrimonial como fator primordial para uma política de preservação cultural. Práticas educativas de preservação do patrimônio são projetadas com intuito de promover processos de preservação do patrimônio, assim como fortalecer a identidade histórica e a memória sociocultural do pais.

Nesse sentido, o plano de diretrizes estratégicas do município de Penedo ilustra ações diretas para o ambiente escolar. No âmbito social, o plano estratégico do município de Penedo cita a criação do livro didático com histórias sobre a cidade de Penedo, assim como a criação da disciplina história de Penedo – resgate cultural.

Exercitar educação patrimonial nas escolas é garantir uma alfabetização cultural e social, é possibilitar que o indivíduo faça uma leitura do mundo que o rodeia, reforçar uma valorização cultural e proporcionar uma maior familiaridade do sujeito para com sua comunidade.

A educação patrimonial atrelada ao ensino concentra-se em executar temáticas educativas que leve o educador e educando a um rico e contínuo processo de autoconhecimento a respeito da história, manifestações culturais, bens materiais e imateriais.

O ensino da educação patrimonial atrelada as estratégias previstas no Plano Diretor, viabilizaria ao corpo docente das escolas, um contato mais íntimo entre o indivíduo e sua realidade cultural, os espaços estudados e preservados.

5 AÇÕES E PROPOSTAS DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PENEDO

Considerando que Penedo foi beneficiária dos dois maiores programas de revitalização do patrimônio cultural do país, que por sua vez, atendem aos princípios da Conservação Integrada, tendo como elemento central para a concretização das metas de sustentabilidade do patrimônio cultural e desenvolvimento do turismo a educação patrimonial, elencamos as ações e propostas relacionadas a educação patrimonial desenvolvidas na cidade, desde 2007.

5.1 Programa Casas do Patrimônio

Em Alagoas as Casas do Patrimônio encontram-se na cidade de Penedo, Piranhas, Marechal Deodoro e Maceió. As casas funcionam em rede, por meio de um programa educativo comum, respeitando as especificidades de cada localidade em que se inserem ciclo de palestras, educação patrimonial com/nas escolas, curso de formação para professores, visitas agendadas em obras de restauração realizadas pelo Iphan.

Em junho de 2014 foi inaugurada em Penedo a Casa do Patrimônio em um casarão, cedido pela prefeitura, onde já funcionou um escritório alfandegário, e a receita federal anos atrás. O casarão foi restaurado e "possui um auditório disponível para o uso da comunidade e apresenta uma exposição permanente sobre o século mais expressivo de desenvolvimento sócio econômico e cultural da cidade, de 1850 a 1950 (RAMOS e SANTOS, 2017. p. 181)".

A Casa do Patrimônio conta com um rico e relevante acervo de informações sobre a história da cidade, seus aspectos sociais, econômicos e culturais. Para facilitar o repasse das inúmeras informações que formam essa exposição permanente, a Casa utiliza de tecnologias interativas, objetivando dinamizar as relações entre os visitantes da Casa e todo o conteúdo apresentado.

Assim como nos demais estados onde possuem representações, as Casas do Patrimônio têm por objetivo funcionar como articuladoras de ações pedagógicas e de aproximação com as comunidades locais, papel fundamental para a efetividade de uma gestão compartilhada de preservação do patrimônio cultural.

As Casas do Patrimônio constituem-se de um projeto pedagógico, com ações de educação patrimonial e de capacitação que visam fomentar e favorecer a construção do conhecimento e a participação social para o aperfeiçoamento da gestão, proteção, salvaguarda, valorização e usufruto do patrimônio. As casas do Patrimônio estabelecem novas formas de relacionamento entre o Iphan com a sociedade e o poder público (IPHAN, 2014).

Seus objetivos e estratégias são elaborados em uma linha de trabalho entre a sociedade civil, os setores governamentais e o Iphan na gestão do patrimônio cultural considerado esse como um dos pilares do desenvolvimento sustentável.

Segundo Tolentino (2012, p. 05),

> O processo de "valorização do patrimônio cultural brasileiro passa pela ação pedagógica com o objetivo de desenvolver o processo permanente e sistemático de inserção do conhecimento junto à comunidade. A Educação Patrimonial apresenta-se como suporte de conhecimento a promover no indivíduo a noção de cidadania, desenvolvendo, assim, de modo coletivo, o sentido de pertencimento e apoderamento, elementos basilares para sensibilização da sociedade e geradores do orgulho e da auto-estima, que fazem elevar o senso de preservação do patrimônio cultural.

Criado em 2005 pelo Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização (DEPAM), o programa Casas do Patrimônio, "tem como finalidade estruturar gradativamente as sedes das superintendências regionais e dos escritórios técnicos para funcionar como uma agência cultural local, preparada para atender a estudantes, pesquisadores, visitantes das áreas tombadas e à população em geral". (IPHAN, 2006).

Com intuito de ampliar os espaços de diálogos com a sociedade a partir da educação patrimonial, o Programa Casas do Patrimônio convertendo-se no mais significativo programa de revitalização do patrimônio, atuando em 44 cidades de 20 estados brasileiros, e desenvolvesse conjuntamente, cria condições e gera subsídios para Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PAC-CH).

> Partindo da ideia de que o patrimônio é um eixo de desenvolvimento local sustentável, capaz de gerar renda e oportunidades econômicas para a população, a proposta das Casas do Patrimônio pretende, de um lado, dialogar com as atividades e rotinas administrativas da instituição e, de outro, promover ações de sensibilização, qualificação e capacitação de agentes públicos e da sociedade civil. [...] atuando de maneira articulada com outros setores governamentais, especialmente nas áreas de educação, cultura, cidades, justiça, turismo e meio ambiente (IPHAN, 2014, p. 37)

"Em 2007, as Casas do Patrimônio foram concebidas como projeto, pelo IPHAN, com o propósito de trabalhar a Educação Patrimonial através da ampliação dos espaços de intercâmbio e diálogo, além de proporcionar a aproximação do IPHAN junto ao público (SOUZA e SANTOS, 2016, p. 9) ".

O programa tem entre seu público alvo os próprios servidores do IPHAN, como um incentivo para o estabelecimento de novas relações do órgão com a sociedade civil e o próprio governo municipal e estadual. Junto à população, a presença das Casas de Patrimônio teria o

papel de promover diálogos, debates e discussões, sendo esse, fator central para possibilitar a gestão participativa e democratizar o próprio processo de patrimonialização.

Com a Portaria Nº 137, de 28 de abril de 2016 do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, as Casas do Patrimônio passam a ser instrumentos estratégicos de implementação da política de Educação Patrimonial. No ano de 2017, foram registradas cerca de vinte e seis casas do patrimônio espalhadas em quinze estados brasileiros.

Segundo Ramos e Santos (p.174, 2017). "Os objetivos e estratégias de ações são elaborados em uma linha de trabalho articulando sociedade civil, [...] setores governamentais e o próprio IPHAN na gestão do patrimônio cultural.

Desse modo, o programa tinha como Objetivos:

- Criar canais de interlocução com a sociedade e com os setores públicos responsáveis pelo patrimônio;
- Identificar e fortalecer os vínculos das comunidades com o seu patrimônio cultural;
- Incentivar a participação social na gestão e proteção dos bens culturais;
- Incentivar a associação das políticas de patrimônio cultural ao desenvolvimento social e econômico;
- Aperfeiçoar as ações focadas nas expressões culturais locais e territoriais, contribuindo para a construção de mecanismos de apoio junto às comunidades, aos profissionais e gestores da área, às associações civis, às entidades de classe, às instituições de ensino e aos setores públicos, para uma melhor compreensão das realidades locais;
- Fomentar a apropriação, manutenção e valorização da identidade e dos aspectos históricos, culturais, artísticos e naturais locais, territoriais, regionais, nacionais, e internacionais, em prol do desenvolvimento sustentável e da melhoria da qualidade de vida (Carta de Nova Olinda[2]. IPHAN, 2009, p. 05).

Vale destacar, que as atividades desenvolvidas até o momento pelas casas do Patrimônio em Alagoas não se firmaram, o que ocorre são ações pontuais, fomentadas por parceiros da comunidade cultural que procuram o Iphan para realização dessas ações (RAMOS, 2017).

A não "identificação e fortalecimento dos vínculos das comunidades com o seu patrimônio e no encontro de estratégias para o incentivo a participação social na gestão e proteção dos bens culturais" (RAMOS e SANTOS, 2017. p. 181), juntamente a questões burocráticas, crises financeiras, falta de investimentos e outras dificuldades enfrentadas, levaram o programa a desarticulação

[2] Carta De Nova Olinda – Documento Final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas Do Patrimônio (2009). Entre os dias 27 de novembro e 01 de dezembro de 2009, os participantes do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio tornam público o documento final deste encontro. Com objetivo dei avaliar a atuação das primeiras Casas do Patrimônio, hoje implantadas, e elaborar diretrizes comuns para o seu funcionamento, como também propor ao Iphan a criação de instrumentos legais e administrativos que garantam a sustentabilidade da proposta.

5.2 Educação Patrimonial: A visão de atores diretamente relacionados a questão em Penedo.

Ficha do entrevistado	
1º entrevistado (a)	
Nome:	Cintya Alves da Silva
Cargos que ocupa:	Secretaria Municipal de Educação da cidade de Penedo
Formação:	Engenheira civil
Tempo de experiência na área:	4 anos de experiências
2º entrevistado (a)	
Nome:	Lúcia Regueira Lucena
Cargos que ocupa:	Representante da sociedade civil e membro do FUNPATRI (desde sua origem)
Formação:	Pedagoga, diretora e proprietária da Escola Sagrado Coração de Jesus
Tempo de experiência na área:	Mas de 10 anos de experiência
3º entrevistado (a)	
Nome:	Lenira Haddad
Cargo que ocupa:	Professora associada da Universidade Federal de Alagoas
Formação:	Pós-doutorado em Psicologia Social no Laboratório de Psicologia Social da Universidade Aix-Marseille, França (2011), Doutorado em Educação pela Faculdade de Educação da USP (1997), Mestrado em Psicologia Escolar pelo Instituto de Psicologia da USP (1989), Especialização na abordagem educativa High/Scope pela High/Scope Educational Research Foundation (1992), graduação em Psicologia pela FFCL-USP Ribeirão Preto (1979). É professora associada da Universidade Federal de Alagoas, pesquisadora associada do Centro Internacional de Estudos em Representações Sociais e Subjetividade Educação (CIERS-ed) da Fundação Carlos Chagas, membro do Centro de Investigação em Educação e Psicologia da Universidade de Évora. Professora e orientadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFAL e líder do Grupo de Pesquisa "Educação Infantil e Desenvolvimento Humano". Especialista em educação infantil, atua em uma ampla gama de interesses tais como: políticas integradas de cuidado e educação infantil, representações sociais, abordagens curriculares (High/Scope, Reggio Emilia, pedagogia dos países escandinavos, Movimento da Escola Moderna Português), profissionalismo e formação do/a profissional da educação infantil, pesquisa com crianças e cultura de pares. Desde 2018 coordena o Programa de pesquisa e extensão "A criança, a cidade e o patrimônio: saberes e fazeres das comunidades penedense e eborense em parceria com a Universidade de Évora e a Prefeitura do município de Penedo..
Tempo de experiência na área:	Mais de 10 anos de experiência

Para o levantamento de dados em campo, foram realizadas entrevistas com roteiros semiestruturados (Apêndice 01) com gestores da secretaria Municipal de Educação da cidade de Penedo e respectivos atores envolvidos em projetos voltados a educação patrimonial.

Executada em 3 (três) momentos diferentes, as questões abordadas no decorrer das entrevistas tinham como objetivo recolher informações e identificar propostas voltada a educação patrimonial, seus empecilhos e possíveis entraves para sua concretização.

A primeira entrevista foi realizada no dia 11 de junho do ano de 2021, com Cintya Alves da Silva, atual secretária de educação. Para a entrevistada Educação Patrimônio é *"um instrumento de ensino e aprendizagem que proporciona ao espaço escolar, alunos e professores uma forma de se trabalhar preservação, história e cultura dentro do ambiente escolar...*

A segunda entrevista ocorreu no dia 22 de julho do ano de 2021, foi realizado com Lúcia Regueira Lucena. Para Lúcia, Educação Patrimonial para a cidade de Penedo é *"de extrema relevância e importância, não só pela relevância em nível patrimonial, mas também pela correlação que Penedo tem diretamente para com a história do Brasil, de fatos aqui ocorridos que merecem ser estudados, preservados e considerados como também patrimônio cultural da cidade. Eu vejo que educação patrimonial engloba muitas vertentes, sendo que essas vertentes precisam ter um olhar criterioso por parte dos dirigentes, para que realmente ela venha a acontecer, e os estudantes, moradores tenham uma visão diferenciada sobre educação patrimonial. A consciência da educação patrimonial precisa ser adquira para se valorizar. Direcionar a noção de pertença para os moradores da cidade, e isso só pode acontecer com a educação patrimonial".*

No dia 05 de agosto do ano de 2021, ocorreu a terceira entrevista com Lenira Haddad. Para Lenira, educação patrimonial é *"a base para um processo de preservação cultural. É o processo de reconhecimento e valorização dos bens culturais existentes [...]. É a fonte de conhecimento fundamental sobre nossas raízes, nossa cidade e nossa própria história. É o processo de aprendizagem. Por meio da educação patrimonial, podemos trabalhar o pertencimento e a importância da história para a identidade do indivíduo. Quando pensamos em educação patrimonial nas escolas, em especial, na educação infantil [...] é de extrema importância que o professor tenha conhecimento sobre patrimônio, cultura, e educação patrimonial. O professor precisa ter a sensibilidade de trabalhar a cultura dentro do ambiente escolar. O conhecimento precisa ser valorizado. O ato de ensinar precisa ser explorado".*

5.3 Educação Patrimonial: Ações da Secretaria Municipal dee Educação de Penedo

É preciso encorajar os professores a explorem novos métodos de ensino e aprendizagem. Assim, após uma rápida compreensão sobre a educação patrimonial na perspectiva das

entrevistadas, podemos nos indagar sobre o papel das instituições de ensino, educador e o poder que a própria educação exerce sobre o educando. Desse modo, em entrevista a atual secretaria de educação da cidade de Penedo, comenta que sim, a rede de ensino da cidade elabora ações educacionais voltadas a educação patrimonial.

Ainda nesse contexto, ao ser questionada sobre a importância da Educação Patrimonial para a cidade de Penedo, Cintya destacou quão importante é trabalhar educação patrimonial nas escolas da cidade, uma vez que estamos falando de uma cidade histórica, tombada como patrimônio artístico e cultural pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ".

"Para uma cidade rica em cultura, história e patrimônios como Penedo, trabalhar educação patrimonial é de extrema importância, principalmente no ambiente escolar. Por isso desenvolvemos atividades curriculares junto ao corpo docente. Aulas de história, visitações (hoje paralisadas devido à pandemia), são elaboradas e aplicadas de acordo com a faixa etária e serie do aluno. Na semana do aniversário da cidade, desenvolvemos atividades pensadas e voltadas para a história e descoberta da cidade".

Com relação a uma gestão mais participativa, ao ser questionada sobre a participação da secretaria de educação junto as demais secretarias do município da cidade de Penedo, a exemplo a secretaria de Turismo e Cultura. Cintya afirmou não haver uma parceria entre as secretarias citadas. Ficando evidente que a gestão participativa citada dentro do PLANO DIRETOR, não ocorre em pratica.

Na questão direcionada aos programas PAC-CH e Monumenta, a secretária afirmou desconhecer os programas e a relação dos mesmos com educação patrimonial. "*Nunca houve envolvimento da Secretaria de educação diretamente com esses projetos e nem mesmo com o IPHAN"*, contrariando os princípios de planejamento previstos pela Conservação Integrada.

"*Quando os programas foram elaborados aqui na cidade de Penedo, ainda não estava afrente da secretaria de educação. Ao meu conhecimento, não houve uma participação da secretaria junto a execução e elaboração de ambos os programas".*

No quesito ações desenvolvidas, ressaltou como importante realização para a educação patrimonial no município penedense, o projeto "A criança, a cidade e o patrimônio", onde doze professoras da rede municipal de educação tiveram a oportunidade de viajar para a cidade de Évora (Portugal), cidade que trabalha a preservação e valorização de sua história e identidade cultural e da relação com a cidade e o patrimônio histórico desde a infância. Com o objetivo de resgatar, preservar e despertar a população para a necessidade de valorização do patrimônio material e imaterial, a secretária afirma que as metas e objetivos do projeto foram alcançadas.

Mas ressalta que a rede de ensino desta cidade, já demonstra iniciativas derivadas do projeto base realizadas em Portugal.

Segundo a mesma, projetos anteriores já vinham sendo desenvolvidos nas escolas da rede municipal da cidade de Penedo. Desenvolvido em quatro momentos: Conhecimentos prévios sobre a cidade de Penedo; visitação; diálogo e relatos, debates e produção. O projeto "conhecendo minha cidade" desenvolvido pela coordenação de Educação Infantil seria um bom exemplo a ser citado.

"Nossas crianças, juntamente com nossos professores fazem visitações aos pontos turísticos e históricos da cidade. Aqui trabalhamos com alunos da base, de 4 e 5 anos da zona rural do munício. O objetivo principal é proporcionar conhecimento e reconhecimento perante a história da localidade que esse estudante está inserido, assim podemos inserir a cultura e a importância e o respeito para o patrimônio histórico e os espaços culturais presentes na cidade".

Cintya reforçou a importância de projetos como "conhecendo minha cidade" e "A criança, a cidade e o patrimônio" contribuírem como a gente multiplicador de conhecimento por intermédio dos alunos.

"Quando proporcionamos a oportunidade desta criança conhecer novos ambientes, novos conhecimentos e a história de origem de sua residência garantimos que outras pessoas também tenham a oportunidade de se apropriarem também desta história. A criança ao chegar em casa após uma visita, narra tudo que viu e aprendeu para os demais membros do seu convívio. Pai, mãe, irmãos, vizinhos podem tomar posse deste conhecimento mesmo de que de forma reduzida, ou simples. Esperamos que com essas atividades, possamos aproximar cada vez mais a comunidade da história cultural a qual esses indivíduos fazem parte".

"Nosso objetivo é oferecer condições igualitárias para nossas crianças da zona rural, ofertando condições para que essas possam conhecer a história de sua localidade, preservar o patrimônio e assim transforma-se em um agente multiplicador de sua cultura e tradição".

Devido ao tempo pandêmico que ainda estamos enfrentando, Cintya relatou que as atividades de ambos os projetos foram paralisadas, mas que mesmo assim, os professores e a secretaria de educação tiveram que adequar novas formas para lecionar sobe a educação patrimonial com seus alunos.

Por meio de aulas online, os professores fizeram uma adaptação para trabalharem questões curriculares, dessa forma incluindo também educação patrimonial em trabalhos e conteúdo a exemplo da disciplina de história de Penedo.

Questionada sobre as metas e propostas com objetivo de integrar a educação pública municipal e as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural, com objetivo de esclarecer a comunidade local sobre sua importância para a formação da identidade do povo penedense, a mesma relatou que dentro da grade curricular do município, as escolas trabalham questões sobre a importância de se preservar o patrimônio, visitações, fazem estudo aprofundado sobre a história da cidade, entre demais atividades planejadas entre os professores.

"Dentre as Atividades desenvolvidas em sala de aula, temos uma logística de planejamento especifica para a disciplina História de Penedo. O conteúdo trabalhado nas turmas do 3º, 4º e 5º ano, abordam temáticas sobre: Aspectos históricos culturais; festas populares e eventos; pontos turísticos; As paisagens do município: O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive; Conhecer os símbolos de nossa cidade; Conhecer o mapa da nossa cidade; Compreender o que são registros de memória e identificá-los no local onde vive. Monumentos históricos; Patrimônio histórico de Penedo; entre outros assuntos. Sendo cada objetivo trabalhado conforme o ano de ensino do aluno".

No Plano Municipal de Turismo na cidade de Penedo (2015-2020) foi apresentado em uma de suas ações a elaboração de um livro didático com a história de Penedo. Questionada se possuía conhecimento a respeito da criação deste livro didático, afirmou que por motivos de gestão e por falta de verbas, o mesmo não foi concretizado. Houve uma iniciação e esboço para sua realização, porem esses pontos não foram a frente.

Sobre as dificuldades enfrentadas, destaca que a falta de investimento para capacitação dos professores e matérias didáticos dificulta a realização de ações voltadas a temática patrimonial. Mas reconhece que a rede de ensino desta cidade possui capacidade para desenvolver um bom trabalho voltado a educação patrimonial. No entanto reforça ser necessário um maior investimento na área educação.

"Para se obter bons resultados é preciso que haja investimentos de materiais educativos, capacitações para nossos professores, espaços adequados para atender as necessidades de nossas crianças. Realizações de novos projetos e continuidade daqueles que já demonstraram dar certo..." "Aguardamos que como o fim da pandemia, voltemos a nossa rotina e a realização de nossas atividades e continuidade de nossas ações educacionais".

Os trabalhos com educação patrimonial foram inicialmente realizados, ações foram e são implementadas no cotidiano curricular. Porém não podemos afirmar que os objetivos foram totalmente alcançados. O conceito sobre educação patrimonial é muito mais amplo que uma simples visita a um ponto turístico por exemplo. O que podemos evidenciar por meio da

entrevista da então secretária do município de Penedo, é que o conceito do que é Educação Patrimonial, limita-se apenas a conservação do patrimônio material, prédios e o centro histórico. Nesse sentido, o município desenvolve apenas atividades integradas ao conteúdo programático da grade curricular. O ensino e aprendizagem sobe educação patrimonial, limita-se apenas a disciplina de história (História de Penedo), ficando evidente pequenas iniciativas para auxiliar o desenvolvimento do conhecimento dos alunos acerca do verdadeiro conceito do que se trata a educação patrimonial.

5.4 A Educação Patrimonial e as ações extensionistas da Universidade Federal de Alagoas

O projeto "A Criança, a Cidade e o Patrimônio: Diálogos Entre os Saberes e fazeres das Comunidades Penedenses e Eborense" tem o objetivo de resgatar, preservar e despertar a população para a necessidade de valorização do patrimônio material e imaterial da cidade de Penedo, realizado com crianças da rede municipal de ensino.

De acordo com a coordenadora Professora Lenira Haddad, a inspiração veio de um olhar cuidadoso com a criança e de sua interação com a cidade histórica de Évora (Portugal), onde a valorização da identidade cultural e da relação com a cidade e o patrimônio histórico começa a ser pensado desde a infância.

Contando com a parceria da Universidade de Évora, a iniciativa visa reforçar a compreensão da sociedade penedense, sobre a importância histórica e cultural da cidade, tendo na educação infantil, o principal lugar onde se acolhe e desenvolve esse tipo de reflexão, contribuindo, assim, para uma cidade mais amigável para suas crianças.

A primeira etapa do projeto "A criança, a cidade e o patrimônio", realizada no período de maio a julho de 2019 foi dedicada integralmente ao diagnóstico realizado sobre a educação, cultura e o patrimônio do município de Penedo. No que se refere à rede pública de educação infantil, aos equipamentos patrimoniais e ao potencial artístico e cultural da cidade, para apoiar quatro linhas de propostas:

- A criança, a cidade e a educação infantil;
- Criação de uma linha de mobiliário infantil e ambientação de espaços escolares e não escolares;
- As artes, a cidade e o patrimônio;
- Intercâmbio educacional e artístico entre Penedo/AL (Brasil) e Évora (Portugal).

Dessa análise, foram identificadas necessidades de adequação da rede pública de educação infantil às normatizações previstas em lei como: condições físicas dos

estabelecimentos, proporção número de crianças por metro quadrado; lotação de professores nos dois períodos de atendimento, política de formação continuada; gestão democrática quanto à eleição dos dirigentes, atualização das orientações curriculares e instrumentos de avaliação da criança (documentação), dentre outros.

O projeto acredita que a escola é um espaço privilegiado de intermediação entre a família e o mundo.

> Se queremos despertar o sentimento de identidade e pertencimento pela cidade em que habitam, para que possam contribuir para a preservação do seu patrimônio, seja ele material ou imaterial, é preciso conhecê-lo, aproximar-se de forma significativa desses contextos. Conforme Francisco Sales já dizia "Só preserva quem conhece". Conhecendo e amando, as crianças também se tornam críticas de seu patrimônio. O mesmo é válido para seus professores. É fundamental que conheçam o patrimônio da sua cidade. Como podem trabalhar com o despertar do sentimento de pertencimento se não se sentem pertencentes? (HADDAD. 2018, p. 08).

A escola é um agente que colabora com o desenvolvimento humano e social dos cidadãos e dessa forma, contribui para o desenvolvimento do local e região. A educação patrimonial consiste em ações educativas e observa-se como uma prática pedagógica.

O Projeto de Intervenção pedagógica colaborativa contempla as seguintes ações:

- Reuniões com equipe gestora para elaboração do plano ação colaborativa; Realização de ambientação dos espaços em áreas de interesses em todas as salas de referências das crianças da educação infantil;
- Intervenção colaborativa junto às professoras das instituições para reorganização temporal das atividades, adoção de registros e outros procedimentos de avaliação;
- Acompanhamento da prática por meio de um instrumento específico com visitas quinzenais no primeiro semestre e mensais no segundo semestre. Seminários temáticos a partir das necessidades identificadas (aprofundar temas específicos, esclarecer dúvidas, indicação de leituras).
- Promoção de atividades culturais externas, passeios, visitas, seguindo um calendário a ser construído em parceria com instituições culturais do município e as instituições de EI.
- Ambientar os espaços das salas de todas as turmas de criança: berçário I e II, maternal I e II, Jardim I e II com áreas de interesse;
- Ambientar o pátio interno com mobiliários e brinquedos apropriados;
- Revitalizar a horta;
- Arborizar o espaço externo;
- Explorar o entorno da escola, entre outros (HADDAD. 2018, p. 14).

O projeto proposto adota a organização dos espaços e a possibilidade de locomoção entre diferentes áreas, com materiais adequados e diversificados de modo que possam apoiar as experiências lúdicas e refletir a vida familiar e cultural das crianças.

Esse projeto reúne as seguintes ações:

- Aquisição de uma linha básica de mobiliários.

- Aquisição de uma linha de brinquedos
- Ambientação de espaços escolares (interno e externo)
- Criação e Ambientação de espaços não escolares para a criança

Com objetivo de aproximar a cultura e história das crianças, o diálogo entre as crianças com a cidade será promovido por meio de roteiros e vivências junto a artistas locais.

O projeto, à medida que reconhece, valoriza e dá visibilidade às diversas manifestações da cultura da tradição popular existente em Penedo. Porém, foca no público infantil das escolas públicas que ofertam educação infantil da cidade de Penedo e propõe diálogos permanentes entre esses grupos e a escola em forma de encontros com as crianças que podem acontecer tanto na comunidade onde os grupos culturais se manifestam quanto nas escolas que as crianças frequentam quanto no seu entorno. O programa também visualizava a troca de correspondência entre crianças eborenses e penedenses sobre o tema "a minha cidade".

Em conversa com a entrevistada, é notável seu conhecimento e contribuições para a área educacional. Questionada sobre a importância da Educação Patrimonial para a formação dos professores da rede de ensino da cidade de Penedo, Lenira reforça ser de extrema importância.

"Eu acho fundamental, é uma fonte de conhecimento do patrimônio cultural [...] É importante saber se os professores sabem, o que eles sabem e o que eles não sabem, para poder situar as crianças, os alunos em relação a isso e também adequar o currículo de apoio com o que rege a LDB[3], o currículo pela LDB deveria ter uma base comum, mas também uma base específica local, que atenda as especificidades locais. Isso tá na lei [...] Então seria praticamente obrigatório, não a educação patrimonial propriamente dita, o que é obrigatório, é um olhar pra especificidades do local onde você atua. No caso de Penedo especificamente, considerando que é uma cidade histórica que tem muitas histórias de todos os tipos, [...] desde escravidão, a missões cristãs [...] que precisam ser conhecidas, mas além dessas histórias, também tem os grupos artísticos [...] mandiocada por exemplo, algumas que foram registradas, então é muito importante que o professor tenha essa educação, que ele tenha esse formato, tenha informações, conheça a fundo principalmente a cidade de maneira geral, mas a comunidade que ele atua. Se ele não tem esse conhecimento, ele não valoriza e não vai

[3] Lei de Diretrizes e Bases da Educação - A LDB 9.394/96 estabelece os princípios da educação e os deveres do Estado enquanto agente responsável da educação escolar pública, definindo suas responsabilidades em colaboração com a União, o Distrito Federal e os municípios. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm

trabalhar isso com as crianças e as crianças não vão entender que isso pertence à cultura delas".

Lenira reforça que mesmo diante de projetos na área educacional, é comum se deparar com situações onde profissionais da educação desconhecem ou ignoram os princípios e importância da educação patrimonial para o ensino e aprendizagem. *"A maioria dos professores [...] grande parte dos professores não dão valor, não entende que isso é um conteúdo escolar".*

Nesse sentido, ao ser questionada se a rede de ensino desta cidade possui capacidade para trabalhar Educação Patrimonial nas escolas, a mesma afirmou que não.

"Eu acredito que não, eu não posso dizer com certeza porque eu não tenho conhecimento profundo da rede de ensino fundamental e médio. Eu tive uma aproximação muito grande com a rede de educação infantil. Quando iniciamos nosso projeto, fizemos um questionário que tinha uma série de perguntas e uma parte deste questionário dizia a respeito do conhecimento que ele tem da cidade, do patrimônio, e o quando que eles fazem visitas com as crianças aos locais que são considerados de relevância cultural, e a grande maioria disse que não, ou que tem, mas o que tem não incorpora isso no cotidiano escolar".

Quando questionada se a cidade de Penedo desenvolve ou já desenvolveu atividades ou projetos voltados à Educação Patrimonial, afirmou possuir conhecimento sobre os projetos e trabalhos de pesquisas desenvolvidos pela UFAL, não tendo mais informações ou conhecimento sobre esses ou outros projetos.

Segundo a professora Lenira Haddad, o projeto "A criança, a cidade e o patrimônio", em parceria com a cidade de Évora em seu primeiro momento buscou entender as questões referentes a educação infantil do município de Penedo, contando com uma equipe de 15 profissionais; foi dividido em quatro linhas de pesquisa: A criança a cidade e a educação infantil; Criação e produção de uma linha de mobiliário infantil, as artes, a cidade e o patrimônio; intercâmbio educacional e artístico entre Penedo e Évora.

Foi inicialmente realizado um diagnóstico para compreender o contexto da educação infantil presente na cidade, quais necessidades e adequações dos equipamentos educacionais e patrimoniais existentes no município precisavam ser sanadas, levantamento das manifestações artísticas e culturais, assim como uma proposta de intercâmbio para formação de profissionais e de missão cultural entre artistas. Após a realização desse diagnóstico, um seminário com a finalidade de lançar as propostas e ações foi realizado, subsidiando a terceira etapa do projeto que seria realizado no ano de 2020 (etapa suspensa devido ao vírus da covid-19).

No segundo momento, foi realizado o conhecimento prático do projeto executado em Évora. A equipe de 15 (quinze) profissionais da rede de educação deste município, por meio do

programa de residência pedagógica cultural desenvolvido na cidade de Évora, tiveram a oportunidade de conhecer de perto o projeto viajando a Portugal. Com quase dois anos de planejamento e execução das metas estabelecidas em sua proposta base, o projeto visava em seu terceiro momento, executar na prática as ações e conhecimentos adquiridos em Évora, mas, devido ao ano eleitoral e a outros fatores que envolvem a gestão municipal, o projeto foi paralisado, e hoje, sua paralisação se reforça devido ao momento pandêmico causado pela COVID-19.

Questionada sobre as dificuldades enfrentadas, Lenira destaca que a falta de investimento para capacitação dos professores e matérias didáticos dificultou a realização de ações voltadas a temática patrimonial, que trâmites burocráticos atrapalharam os trabalhos. No que se refere aos Programas PAC-CH e Monumenta a professora afirma possuir conhecimento acerca dos programas, mas relata que ambos os programas não possuem qualquer relação dos mesmos com o projeto que desenvolveu e afirma que os recursos recebidos para o projeto não tiveram qualquer relação com os referidos programas.

O projeto tinha como proposta realizar a terceira etapa referente à materialização de vivências das crianças e suas professoras na cidade, em diálogo com o patrimônio material e imaterial por meio de um programa de formação continuada de cunho pedagógico, cultural e patrimonial, ambientação dos espaços educacionais e patrimoniais, visibilidade, reconhecimento e aproximação das expressões da cultura da tradição popular para com a comunidade escolar.

> Essa etapa compreende um conjunto de ações perspectivadas na parceria firmada em Carta de intenções [...] assinada em 04 de abril de 2018, na cidade de Évora, Portugal, entre a Universidade Federal de Alagoas (UFAL), o Município de Penedo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN/AL), a Universidade de Évora, a Direção Regional de Cultura do Alentejo e a Câmara municipal de Évora, em que figuram os seguintes objetivos específicos:
>
> - Dar visibilidade às estruturas, equipamentos, práticas artesanais artísticas culturais que já existem e revitalizar o patrimônio imaterial constituindo-os como recursos imprescindíveis para a educação da criança, formação dos profissionais e currículo, assim como de interações e diálogos com pais, vizinhos e comunidades em geral.
> - Desencadear processos de ressignificação das relações das crianças com o espaço público, com o património material e imaterial, fortalecendo dessa forma o sentimento de pertencimento e identidade cultural e práticas educativas promotoras de cidadania.
> - Realizar missões de intercâmbio entre as cidades de Penedo e Évora em torno de manifestações culturais específicas e da pedagogia da Educação de infância no diálogo/participação com a cidade.

- Realizar missões de intercâmbio entre as cidades de Penedo e Évora a partir de um projeto de correspondências com crianças em idade pré-escolar em torno do tema “A minha cidade”.
- Realizar missões de intercâmbio entre professores da Universidade Federal de Alagoas e da Universidade de Évora com fins de formação dos agentes educativos, artísticos e culturais envolvidos e de investigação dos processos em curso (HADDAD. 2018, p. 05)

Em continuação a entrevista, foi relatado que a terceira etapa estava dividida em 11 projetos, sendo um dos projetos fazer levantamento, montar uma base de dados que teria na cidade de Penedo, elaborar um levantamento sobre todo material de pesquisa (tese, dissertações, projetos de pesquisa etc.) na perspectiva de educação patrimonial produzido sobre Penedo sua história e cultura. Com isso, o objetivo seria documentar todo esse levantamento e elaborar uma proposta de educação patrimonial. Dividida em duas vertentes, a proposta buscaria atingir professores e agentes culturais, aproximando o ambiente escolar da comunidade que essa esteja inserida. “*A gente tava documentando pessoas, grupos de teatros, folguedos, maracatu, músicas... tanto pessoas, grupos artísticos, mas também os edifícios, porque a gente tava pensando no projeto ocupando os edifícios patrimoniais”.*

Com base nesse levantamento, os professores e agentes poderiam trabalhar de forma planejada e participativa ações de educação patrimoniais. *“Por exemplo, o professor poderia desenvolver atividades de visitas diretas aos agentes parceiros do projeto. A gente pensou no Tadeu dos bonecos, dona Francisca, Bentinho. Com um trabalho de planejamento garantindo que os agentes possam atender as crianças, ocorrendo a aproximação das escolas com os artistas”.*

Inicialmente o projeto teria durabilidade de 3 (três) anos. Porém, ainda nos anos iniciais ocorreu sua interrupção. *“Agente recebeu uma carta dizendo que não dava pra [...] ele foi finalizado [...] na verdade ele ficou em tramitação, no começo da pandemia, também foi o último ano do prefeito, as coisas ficaram suspensas. Formalmente recebemos digamos que uma negativa, o projeto não vai acontecer [...] mais ou menos isso”.*

Porém mesmo diante da interrupção, o projeto segue em processo de pesquisa, estudantes e colaboradores continuam a produzir matérias de pesquisa com intuito de uma retomada e conclusão futura para o projeto. Vale destacar que o projeto em si, é muito mais amplo que a parceria da prefeitura da cidade de Penedo. As pesquisas continuam. Duas teses de doutorados, três citações de mestrados e uma defesa de TCC (entre outros) foram apresentadas como resultado desta fonte de pesquisa. Um livro está em processo de planejamento, um esboço para a execução do mesmo já segue em processo de produção.

Reforçando que mesmo diante das dificuldades e obstáculos o projeto segue firme em sua linha de pesquisa e produção de materiais voltados para o ensino da educação patrimonial.

5.5 A Educação Patrimonial e o Funpatri

Quando questionada sobre a relação entre o PAC - Cidades Históricas e as propostas de Educação Patrimonial pensadas para a cidade de Penedo. Lúcia relatou ações pré-planejadas pelos membros do FUNPATRI para a cidade de Penedo.

"Nós que fazemos parte do FUNPATRI, que é o Fundo curador do patrimônio desde 2019 [...]. É de todo interesse nosso fazer uma educação patrimonial [...] nossa proposta inicial, era que fosse um curso de educação patrimonial em nível de pós-graduação, especialização para professores, e que esses professores imbuídos na lei municipal de 1973 que recomenda o princípio da história de Penedo nas escolas fossem também incluídos desse planejamento educação patrimonial já com professores já capacitados para isso. Infelizmente na época, não obtivemos respostas a respeito dessa nossa solicitação. [...] em 2019 voltei, estava como presidente do FUNPATRI, conversei com o pessoal do IPHAN, na pessoa de Maristela que já tinha uma experiência mais ou menos com educação patrimonial, a respeito do curso existia uma professora em Maceió, não sei se é da UFAL... não sei se é independente, não sei qual a área de atualização dela, ou da secretaria da cultura ou do estado ligadas assim... Ela também tem uma experiência assim, de capacitação de professores sobre educação patrimonial. Começamos a conversar sobre a respeito disso, todo o interesse nosso, é justamente para que as pessoas se apropriem da responsabilidade como cidadão, na preservação do patrimônio. E conversamos sobre esses aspectos e deixamos mais ou menos engatilho, essa questão de educação patrimonial, mas infelizmente veio a pandemia e nos suspendemos toda e qual atividade dessa natureza devido, é, o ritmo da contaminação da covid 19 a época".

Ao ser questionada sobre a importância da Educação Patrimonial para a formação dos professores da rede de ensino da cidade de Penedo. A entrevista destaca a necessidade de proporcionar aos professores uma melhor formação/capacitação sobre Educação Patrimonial, para que os professores sejam multiplicadores de conhecimento e preservadores da cultura e história, e não apenas aplicados de conteúdos em sala de aula".

Lúcia afirma que a rede de ensino desta cidade possui sim capacidade para se trabalhar Educação Patrimonial nas escolas, mas para que isso ocorrer, é preciso que haja capacitação, planejamento e investimento na rede de educação, capacitações entre os docentes e

investimentos em matérias que auxiliem na didática pedagógica, trabalhar o espirito de pertencimento requer trabalho constante e continuo.

Nas palavras da entrevistada, preservar é um ato que vai além do ensinar. Sem uma capacitação de qualidade, não há como trabalhar educação patrimonial, para isso é preciso criar e desenvolver habilidades para se transmitir o saber e o ensinar a preservar. Sem uma conscientização, a história se perde com o tempo.

Ainda ao ser questionada, afirmou não saber se houve de fato a integrada a Educação Patrimonial na execução do programa PAC - Cidades Históricas. Não sabendo também quais ações foram desenvolvidas pelo o mesmo.

"Não, não tenho conhecimento, isso é muito ligado a prefeitura. Nós do FUNPATRI não tivemos essa participação efetiva na realização do PAC-CH, ou em sua execução".

Ressalta que no âmbito cultural, ainda é possível observar um possível trabalho voltado a cultura do município, mas com relação à educação patrimonial, ainda é preciso percorrer um longo caminho. A entrevistada também destacou a forte importância da realização do programa Monumenta e do PAC-CH para a cidade ribeirinha, mas observou não haver nenhum projeto diretamente ligado a esses programas que trabalhe com a educação patrimonial em Penedo e que não há articulações das metas dos mesmos com a gestão pública de educação, embora haja recursos no FUNPATRI que deveriam ter essa destinação.

A inserção de conteúdos voltados a valorização e preservação do patrimônio cultural da localidade em que se vive é de extrema necessidade para a sociedade. E a escola com sua função de transmitir conhecimento e valores é o local mais adequado para incluir a comunidade estudantil na criação de uma consciência patrimonial, pois as pessoas pouco sabem sobre suas origens culturais e pouco valorizam os patrimônios existentes no local em que vivem.

No Plano Municipal de Turismo na cidade de Penedo (2015-2020) foi apresentado em uma de suas ações a elaboração de um livro didático com a história de Penedo. Questionada se possuía conhecimento a respeito da criação deste livro didático, afirmou ter esse conhecimento:

"Tenho, tenho esse conhecimento sim. Nós fizemos uma proposta, iniciamos a elaboração desse livro a época convidamos a professora e museóloga Carmen Lúcia Tavares, que é penedense, ela que tem assim uma experiência enorme em diversos livros sobre patrimônio, patrimônio imaterial, cultura, sobre muitas coisas[...] Mas nossa proposta seria diferente, seria uma livro didático, com a história de Penedo, iniciando desde as grandes navegações, uma história muito longa etc e tal. Tudo bem... A época nós tivemos conversando ainda com pessoas a respeito disso, fizemos um pequeno esboço, não chegou ser a boneca do

livro, mas chegou a ser o esboço de temas a serem trabalhados, inclusive questionários sobre a história de Penedo. Mas não foi a frente".

Ao ser questionada se a inserção da disciplina História de Penedo como conteúdo escolar visando o resgate cultural nas escolas municipais da cidade de Penedo foi realizada. Lúcia cita possuir na grade curricular de sua própria escola, a disciplina.

"Eu tenho um colégio, e em meu colégio há muitos anos eu tenho a História de Penedo na matriz curricular. Isso obedecendo à lei municipal sobre o ensino da história de Penedo nas escolas, lei municipal de 1973 [...] porque vejo a necessidade uma história tão bonita da nossa cidade e no contexto de todo história do Brasil que aqui está presente e admiro a história e fiz essa opção de colocar como disciplina, poderia ter colocado como tema, transversal, mas preferi deixar como matriz como disciplina na matriz curricular. As demais escolas, elas trabalham história de Penedo cada qual a sua maneira, como determina sua equipe diretiva". "Por isso que vejo a necessidade ter esse curso de educação patrimonial, principalmente para professores, para que eles sejam multiplicadores dessa educação patrimonial, e aí, embutido também nesse viés a história de Penedo".

Desenvolvendo pesquisas educacionais em sua própria escola, Escola Sagrado Coração de Jesus. Lúcia explicou que o principal o objetivo é fazer com que o corpo discente compreenda e sinta-se pertencente da história de sua comunidade. Para poder existir a valorização do patrimônio por parte dos indivíduos desde muito pequenos, pois é importante que todo cidadão se dê conta da relevância de conhecer a história da localidade onde vive, os movimentos culturais existentes, museus, praças e diversos outros patrimônios, desde o início de sua vida.

Sendo importante ainda que as práticas de educação patrimonial aconteçam durante toda a vida escolar dos estudantes, que possam ser transmitidas de forma lúdica e instigante para os estudantes, por meio de jogos, histórias, vídeos, atividades em grupo e passeios para conhecer o patrimônio local.

Com a finalidade de gerir os recursos de fundo financeiro adquirido por intermédio do programa Monumenta, junto a atuação do PAC Cidades Histórica, o FUNPATRI tinha por finalidade representar o setor privado, poder público e a sociedade civil, fiscalizar a execução das ações do programa PAC Cidades Histórica, ser responsável pelo financiamento e fiscalização de novos recursos, assim como planejar e orquestrar novas metas e objetos para promover o desenvolvimento econômico e social gerando qualidade de vida para a toda a comunidade.

Tendo como base as metas e objetivos da educação patrimonial, O FUNPATRI tinha como obrigação prevista por lei orientar ações que contribuíssem para a preservação do patrimônio histórico e cultural, mas em pratica, o que ocorre são apenas reformas e restauros com intuito de preservar o aspecto físico (prédios e casarões), deixando de lado as demais obrigatoriedades presentes na educação patrimonial conforme os princípios da Conservação integrada.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação buscou analisar projetos de educação patrimonial desenvolvidos na cidade de Penedo-AL e qual a relação desses projetos, para com os Programas PAC – Cidades Históricas e Monumenta. Apresentando direcionamento sobre a importância do tema educação patrimonial atrelado ao ensino e aprendizagem das escolas ribeirinhas.

É importante salientar, que o público analisado no presente estudo se caracteriza predominantemente por representantes e gestores integrados em projetos educacionais ou secretarias ligadas a educação patrimonial. Este fato é importante devido aos resultados obtidos refletirem a necessidade de uma ampla análise sobre questões patrimoniais trabalhadas na cidade de Penedo. Deste modo, essa investigação teve como finalidade, compreender e apontar a relevância da educação patrimonial para o ensino aprendizagem acerca da cultura e valorização da história do povo penedense.

A partir do levantamento de dados obtidos em campo e análise das entrevistas, podemos observar que a presente investigação evidenciou os principais entraves que dificultaram o desenvolvimento de ações educacionais na cidade de Penedo:

- Ausência e incentivo de criação de projetos para a educação patrimonial;
- Falta de investimento para as ações e projetos pedagógicos voltados a educação e ao patrimônio cultural.
- Ausência de conhecimento por parte da população local sobre os espaços culturais, voltados a preservação do patrimônio cultural e incentivos a educação patrimonial (Ex. Casas do Patrimônio);
- Ausência de conhecimento por parte do poder público, sobre os respectivos programas (PAC-CH e Monumenta) desenvolvidos na cidade de Penedo;
- Inoperância dos conselhos municipais (COMTUR e FUNPATRI);
- Falta de conhecimento por parte dos conselheiros municipais;
- Falta de quórum nas reuniões dos conselhos municipais;
- Não cumprimento das metas e objetivos estabelecidos nas diretrizes dos programas PAC-CH e Monumenta;
- Não cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no Plano Diretor Participativo de Penedo e Plano de Diretrizes Estratégicas Para o Turismo do Município de Penedo;
- Ausência de integração e gestão participativa entre as secretarias do município;

- Falta de desconhecimento por parte da secretaria municipal de educação a respeito aos programas de desenvolvimento e preservação do patrimônio cultural, turismo e educação patrimonial desenvolvidos nesta cidade.

No que se refere a gestão pública de educação, foram identificadas ações pontuais que fazem referência a educação patrimonial, por outro lado, de modo geral, não foram encontrados projetos efetivos, que realmente trabalhem acerca da temática patrimonial. Pode-se identificar certo conhecimento sobre a importância de se preservar os bens patrimoniais, restaurando seus espaços e edificações para um maior embelezamento estético dos espaços urbanos, mas são poucas as propostas de educação patrimonial em relação aos princípios da Conservação Integrada que devem permear as políticas de preservação do patrimônio.

Após a implementação dos programas de revitalização e preservação do patrimônio cultural, podemos afirmar que a cidade de Penedo, pouco desenvolveu ações ligadas ao patrimônio, ao turismo a educação patrimonial. Contrariando os princípios da Conservação Integrada e participativa presente nos programas de preservação do patrimônio, verificou-se que a Secretaria Municipal de Educação não tem trabalhos ativos no atual momento voltados a preservação do patrimônio e o desenvolvimento do turismo em Penedo. No âmbito educacional, o único projeto parcialmente desenvolvido, foi o projeto em parceria com a Universidade Federal de Alagoas e a cidade de Évora, com uma duração de quase dois anos (no atual momento, as atividades do projeto seguem suspensas), o projeto tinha uma forte atuação no âmbito educacional, cultural e patrimonial, trabalhando a consciência de conservação dos bens patrimoniais no ambiente escolar, desde da educação da infância. Observa-se, por outro lado, que o referido projeto não teve relações com os programas PAC-CH e Monumenta e que a Secretaria Municipal de Educação nunca teve nem mesmo conhecimento a respeito aos referidos programas.

No que se refere ao Projeto Casas do Patrimônio, podemos afirmar que seu maior objetivo, assim como os Programas PAC – Cidades Históricas e Monumenta foi a valorização e preservação dos bens culturais presente nesta cidade. O programa, por meio das suas diretrizes e metas buscava fortalecer os vínculos do povo penedense com o seu patrimônio cultural. A criação e implantação do programa na cidade de Penedo significava uma nova perspectiva para a educação patrimonial e cultural. Em prática, as questões burocráticas, as complexidades de se trabalhar educação patrimonial em uma cidade pouco explorada culturalmente, inviabilizavam os trabalhos do programa na cidade. A falta de verbas e os cortes de investimentos governamentais foram outros fatores que comprometeram a atuação do programa.

A falta de um projeto de educação patrimonial, com propostas e ações estratégicas em consonância com as ações de restauração e reabilitação do patrimônio cultural tem sido um entrave para a concretização das metas de preservação do patrimônio, o que tem se constituído como um empecilho para a preservação e sustentabilidade do patrimônio cultural e para o desenvolvimento do turismo (RAMOS, 2014).

Ao analisar os empecilhos para a concretização das ações de educação patrimonial na cidade de Penedo, é possível verificar que as metas dos programas PAC-CH e Monumenta não apresentavam o mínimo de condições de serem consideradas como atingidas, mesmo com significativas obras de restauração do patrimônio arquitetônico em monumentos históricos e espaços públicos, a falta de um planejamento estratégico inviabiliza a concretização de projetos educacionais no âmbito patrimonial.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIONDO, F G. Desafios da educação no campo do patrimônio cultural: Casas do Patrimônio e redes de ações educativas.Dissertação Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultura, Instituto doPatrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2016.

BRASIL, Ministério Da Cultura. Projeto Centro Histórico de Penedo Penedo/AL: Perfil do Projeto. Caderno 01/08. 2002. p. 72.

BRASIL, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Educação patrimonial: reflexões e práticas. Paraíba, 2012. 108 p.

BRASIL. Ministério da Cultura. PAC Programa de Aceleração do Crescimento Cidades Históricas – Patrimônio, Desenvolvimento e Cidadania. Brasil, 2019.

CARMO, Bárbara Helena Almeida. Os Programas de Preservação do Patrimônio Cultural (PCH, Monumenta e PAC-CH) e a esfera municipal: aproximações em Ouro Preto. V. 17. n.1 (2017): Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 17 p.

DUARTE Jr, Romeu. Programa Monumenta: uma experiência em preservação urbana no Brasil. Revista CPC, São Paulo, n. 10, 2010. p. 49-88.

DRUCKER, Peter Ford. Introdução à Administração. 3ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1998.

FLORÊNCIO, Sônia R.; CLEROT, Pedro; BEZERRA, Juliana; RAMASSOTE, Rodrigo. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Brasília, DF: IPHAN/DAF/COGEDIP/CEDUC, 2014. 63 p.

FRANÇA, Anderson Nunes. ROCHA, Waleska Araujo Da. Planejamento E Gestão Das Ações Do Programa De Aceleração Do Crescimento Das Cidades Históricas (PAC-CH) E O Desenvolvimento Do Turismo Em Penedo – Al. 2018. Curso de turismo – UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS, Penedo Alagoas, 2018.

FREIRE, Giovanna Garcêz. Conservação Integrada: Estudo Sobre A Participação Popular No Planejamento E Na Gestão Urbana De São Luís. 2008.

FREIRE, Paulo. Educação como Prática da Liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981

FRIDMAN, Fania; ARAUJO, Ana Paula Silva; DAIBERT, André Barcelos Damasceno. Políticas públicas de preservação do patrimônio histórico no Brasil. Três estudos de caso (1973-2016). Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg. [online]. 2019, vol. 21, n. 3, p.621-638. Disponível em:

GASTAL, Susana. Projeto Monumenta: filosofia e práticas em interface com o turismo. Turismo em Análise, v. 14, n. 2, 2003. p. 77-89.

GIANNECCHINI, Ana Clara. O Iphan e o Programa Monumenta: Lições para a gestão do patrimônio cultural. Orientador: Prof. Dr. Frederico Augusto Barbosa da Silva. 2014. 25 f. Monografia (Especialização) - Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), Diretoria de Formação Profissional, Brasília – Distrito Federal.

HADDAD, Lenira. Projeto A criança, a cidade e o patrimônio: diálogos com os saberes e fazeres das comunidades penedense e eborense. Proposta Técnica, Fundepes, 2018.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Portaria nº 137, de 28 de abril de 2016. Estabelece diretrizes de educação patrimonial no âmbito do Iphan e das Casas do Patrimônio. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, seção 01, nº81, 29 de abril 2016.

INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Portal Iphan. Casas do Patrimônio, 2014. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/502#:~:text=As%20Casas%20do%20Patrim%C3%B4nio%20constituem,e%20usufruto%20do%20patrim%C3%B4nio%20cultural.>.Acesso em: 01 agosto. 2022.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Carta de Nova Olinda: documento final do I Seminário de Avaliação e Planejamento das Casas do Patrimônio. 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta_de_nova_olinda.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2016. Acesso em: 01 agosto. 2022.

LEAL, Sarah Floresta; MORAES, Fernanda Borges. Rupturas da formulação à implementação das Políticas Públicas: aspectos do desenvolvimento local no PAC-CH. v.17 n. 1 (2017): Anais do XVII ENANPUR. São Paulo, 15 p. Disponível em: <http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2119/2098> Acesso em: 01 agosto. 2022.

Lei 10.257 de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm#:~:text=LEI%20No%2010.257%2C%20DE%2010%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Regulamenta%20os%20arts.,urbana%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAncias.> Acesso em: 25 maio. 2022.

MENEZES, Thais Zucheto. O Programa Monumenta: Intervenções Urbanas Patrimoniais e Turismo em São Francisco do Sul (Brasil). 2015. 11 p.

MINISTÉRIO DA CULTURA. Planos de Ação para Cidades Históricas - Patrimônio Cultural e Desenvolvimento Social - Construindo o Sistema Nacional de Patrimônio Cultural, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha%20-%20Planos%20de%20A%C3%A7%C3%A3o%20para%20Cidades%20Hist%C3%B3ricas.pdf>. Acesso em: junho de 2022.

OLIVEIRA, C. A. P. Educação Patrimonial no IPHAN. 2011. 141 f. Monografia (Especialização) – Escola Nacional de Administração (ENAP), Pública Diretoria de Formação Profissional, Brasília – Distrito Federal.

PENEDO, Prefeitura De Municipal De. **Plano de Diretrizes Estratégicas para o Turismo do Município de Penedo – Alagoas**, 2015-2020.

PENEDO, Prefeitura Municipal De. **Plano Diretor Participativo de Penedo**. 2007

PRFEITURA, Municipal de Penedo. PLANO DE DIRETRIZES ESTRATÉGICAS PARA O TURISMO DO MUNICÍPIO DE PENEDO – ALAGOAS, 2015-2020. p. 27. 2015

RAMOS, Silvana Pirillo. Programa Monumenta em Penedo (Alagoas, Brasil): A Pobreza como entrave na Revitalização do Patrimônio Cultural. Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 6, n. 2, 2013. p. 364-387.

RAMOS, Silvana Pirillo; SANTOS, Greciene Lopes. Considerações sobre as Casas do Patrimônio em Alagoas, Brasil. Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR, Penedo, Volume 7, Dossiê Número 3, dez. 2017, p. 167-186.

RAMOS, Silvana Pirillo. Apontamentos sobre a insustentabilidade de um Programa Político: O Caso do Programa Monumenta em Penedo –AL in Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR, Penedo, Vol. 5, Número Especial, 2015. p.148-168.

RAMOS, Silvana Pirillo. **Políticas Públicas de Turismo e Cultura: Avaliação do Programa Monumenta em Penedo-Al, a partir das representações sociais da população local.** Relatório Final de Pesquisa apresentado para fins do Edital MCTI /CNPq MEC/CAPES Nº 18/2012. Dez 2014

SALES, Francisco de A. Arruando para o forte- roteiro sentimental da cidade do Penedo. 2ª ed. Penedo: Fundação Casa do Penedo, 2013.

SOARES, André Luis Ramos; KLAMT, Sergío Célio. **EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: Teoria E Prática.** Santa Maria: ed. UFSM, 2007. TOLENTINO, Átila Bezerra. Educação patrimonial: reflexões e práticas. (Org.) – João Pessoa: Superintendência do Iphan na Paraíba, 2012. 104 p.: il. Color. 30 cm. – (Caderno temático; 2).

ZANCHETI, Silvio Mendes. Conservação Integrada e Planejamento Urbano: uma revisão. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, v. 19, n. 1, p. 107- 124, jan./jun. 2003.

8. APÊNDICES

Apêndice 01: Roteiro semi-estruturado - Entrevista com a secretaria de educação da cidade de Penedo/AL e com Lenira Haddad professora associada a Universidade Federal de Alagoas.

Ficha do entrevistado	
Nome:	
Cargos que ocupou na Secretaria:	
Formação:	
Tempo de experiência na área:	

Roteiro de Entrevista

1. O que é Educação Patrimonial para a secretaria municipal de educação?

2. Para você, o que é Educação Patrimonial? E qual é seu objetivo?

3. Qual a importância da Educação Patrimonial para a cidade de Penedo?

4. É possível afirmar que a cidade de Penedo desenvolve ou já desenvolveu atividades ou projetos voltados a Educação Patrimonial? (Em caso afirmativo, relate um pouco mais sobre essas atividades ou projetos).

5. Atualmente existe algum projeto de Educação Patrimonial para a cidade? (Em caso afirmativo, relate um pouco mais sobre esses projetos).

6. Para você, a secretaria municipal de educação desenvolve um bom trabalho acerca da temática "Educação Patrimonial"?

7. Qual a importância da Educação Patrimonial para professores da rede de ensino da cidade de Penedo?

8. É possível afirmar que a rede de ensino desta cidade possui capacidade para trabalhar Educação Patrimonial nas escolas? O que seria necessário para desenvolver esse trabalho?

9. Na sua opinião, é necessário proporcionar aos professores uma melhor formação/capacitação sobre Educação Patrimonial? Por que?

10. Para você, o que é patrimônio cultural? Quais os patrimônios histórico culturais da cidade de Penedo?

11. Relate sobre a relação da secretaria municipal de educação com o projeto "A criança, a cidade e o patrimônio", e os programas PAC-Cidades históricas e MONUMENTA.

12. O projeto A criança, a cidade e o patrimônio tinha como objetivo, resgatar, preservar e despertar a população para a necessidade de valorização do patrimônio material e imaterial de Penedo. Esse objetivo foi atingido? O projeto teve continuidade? (Em caso negativo, relate o motivo).

13. O Plano Diretor Participativo do Município de Penedo, tem dentre suas metas e propostas integrar a educação pública municipal e as iniciativas de proteção ao patrimônio cultural, com objetivo de esclarecer a comunidade local sobre sua importância para a formação da identidade do povo penedense. Neste ponto, quais ações foram pensadas e elaboradas pela Secretaria de Educação que proporcionou uma integração entre as escolas do município e as iniciativas criadas com objetivo de proteger e preservar o patrimônio cultural da cidade de Penedo?

14. O Plano Diretor Participativo do Município de Penedo faz menção a gestão integrada e participativa, qual a participação da Secretaria de Educação dentro desta gestão integrada? A Secretaria de Educação tem papel participativo? Trabalha de forma integrada com secretarias como Turismo e Cultura? Explique

15. O Plano De Diretrizes Estratégicas Para O Turismo Do Município De Penedo – AL 2015-2020 cita ações elaboradas pelo programa PAC-CH, dentre essas ações temos a inserção da Disciplina História de Penedo (Resgate Culturas) no conteúdo escolar, assim como a criação e elaboração do livro didático com história de Penedo. Atualmente a disciplina História de Penedo e o livro estão inseridos na grade curricular das escolas municipais da cidade?

16. Quais os entraves encontrados pela secretaria de educação para desenvolver projetos voltados a Educação Patrimonial?

17. Através de ações voltadas à preservação e compreensão de patrimônio cultural, a Educação Patrimonial torna-se um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem. O que falta para que essa temática seja incluída na grade curricular das escolas da cidade de Penedo?

Apêndice 02: Roteiro semi-estruturado - Entrevista com representante da sociedade civil, membro envolvido em projetos educacionais.

Ficha do entrevistado	
Nome:	
Cargos que ocupou na Secretaria:	
Formação:	
Tempo de experiência na área:	

Roteiro de Entrevista

1. Qual a relação entre o PAC - Cidades Históricas e as propostas da Educação Patrimonial pensadas para a cidade de Penedo?

2. Na realização do PAC - Cidades Históricas, houve de fato a integração da Educação Patrimonial em sua execução?

3. Quais ações desenvolvidas pelo PAC - Cidades Históricas estavam direcionadas à Educação Patrimonial?

4. A inserção da disciplina História de Penedo no conteúdo escolar como resgate cultural foi realizada? Qual o motivo de sua não realização?

5. No Plano Municipal de Turismo na cidade de Penedo (2015-2020) foi apresentado em uma de suas ações a elaboração de um livro didático com a história de Penedo. Esse livro foi iniciado em algum momento?

6. Qual a relação PAC - Cidades Históricas e do FUNPATRI com a Educação Patrimonial no município?

7. Qual a importância da Educação Patrimonial para a cidade de Penedo?
8. É possível afirmar que a cidade de Penedo desenvolve ou já desenvolveu atividades ou projetos voltados à Educação Patrimonial? (Em caso afirmativo, relate um pouco mais sobre essas atividades ou projetos).

9. Atualmente existe algum projeto de Educação Patrimonial para a cidade? (Em caso afirmativo, relate um pouco mais sobre esses projetos).

10. Para você, a secretária municipal de educação desenvolve um bom trabalho acerca da temática "Educação Patrimonial"?

11. É possível afirmar que a rede de ensino desta cidade possui capacidade para trabalhar Educação Patrimonial nas escolas? O que seria necessário para desenvolver esse trabalho?

12. Na sua opinião, é necessário proporcionar aos professores uma melhor formação/capacitação sobre Educação Patrimonial? Por que?

13. Como membro do Funpatri a senhora vem acompanhando a realização das obras do PAC. Poderia relatar as principais obras realizadas e seu papel no desenvolvimento do turismo de Penedo?

14. Quais os principais problemas do PAC-CH em Penedo?

9. ANEXOS

Anexo 01:

HISTÓRIA DE PENEDO
OBJETO DE CONHECIMENTO

3º ANO

- Aspectos históricos culturais; festas populares e eventos; pontos turísticos;
- As paisagens do município: O "Eu", o "Outro" e os diferentes grupos sociais e étnicos que compõem a cidade e os municípios: os desafios sociais, culturais e ambientais do lugar onde vive;
- Conhecer os símbolos de nossa cidade;
- Conhecer o mapa da nossa cidade;
- Compreender o que são registros de memória e identificá-los no local onde vive.
- Monumentos históricos;
- Patrimônio histórico de Penedo;
- Órgãos públicos da cidade de Penedo.

4º ANO

- As rotas terrestres, fluviais e marítimas e seus impactos para a formação de cidades e as transformações do meio cultural;
- Território e diversidade cultural;
- Penedo berço da cultura;
- Patrimônio histórico;
- As comemorações das festas juninas na cidade;
- Origem do nome Penedo;
- Fundação de Penedo;
- Hino de Penedo.
- Pessoas ilustres. Tradições culturais e religiosas.
- Povoados de Penedo;
- Transformações e mudanças nas festividades.

5º ANO

- Qualidade ambiental da cidade de Penedo;
- Gestão Pública e qualidade de vida de Penedo;
- O que forma um povo: do nomadismo aos primeiros povos sedentarizados
- As formas de organização social e política: a noção de Estado;
- Governo do município;
- Bairros de Penedo;
- Penedo: povos e culturas: meu lugar no mundo e meu grupo social;
- Filhos ilustres;
- Localização geográfica de Penedo;
- Geografia e relevo.

Anexo 02:

PREFEITURA DE PENEDO/ALAGOAS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
Complexo Educacional Governador Moacir Lopes de Andrade, Rodovia Al 110, Km 05
57.200-000 – Penedo – Alagoas
Fone/Fax: (82) 3551-3033

MATRIZ CURRICULAR-ENSINO FUNDAMENTAL I – ANO 2017

	BASE LEGAL	COMPONENTE CURRICULAR	ANO E CARGA HORÁRIA									
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO	
			CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
PROFESSOR REGENTE DE SALA	BASE NACIONAL COMUM LEI Nº 9.394/96	LÍNGUA PORTUGUESA	05	200	05	200	05	200	05	200	05	200
		MATEMÁTICA	05	200	04	160	04	160	04	160	04	160
		HISTÓRIA	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		GEOGRAFIA	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		CIÊNCIAS	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		HISTÓRIA DE PENEDO	-		01	40	01	40	01	40	01	40
PROFESSOR VOLANTE		EDUCAÇÃO FÍSICA	02	80	02	80	02	80	02	80	02	80
		ARTES	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
		ENSINO RELIGIOSO	01	40	01	40	01	40	01	40	01	40
CARGA HORÁRIA TOTAL SEMANAL E ANUAL			20H	800H	20H	80H	20H	80H	20H	80H	20H	80H

1. Matriz Curricular adequada de acordo com a Resolução nº 01/2016 do CME Penedo-Al;
2. A Educação Física disciplina obrigatória do currículo, sugere-se que as atividades realizadas sejam de forma recreativa;
3. Obrigatoriedade da oferta da Cultura Afro-brasileira de acordo com a Lei nº 10.639/03, inserida em História, Língua Portuguesa e Arte.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA
SEMED/PENEDO-AL